

Revolução de 1923: antecedentes e repercussões na imprensa

FRANCISCO DAS NEVES ALVES









Revolução de 1923: antecedentes e repercussões na imprensa



- 105 -



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista - Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL - Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL - Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Revolução de 1923: antecedentes e repercussões na imprensa





Lisboa / Rio Grande 2025

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord) Carla Oliveira Cécile Méadel Fabrice d'Almeida João Luís Cardoso José Ignacio Ruiz Rodríguez Valérie Dévillard Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.) Darlinda Moreira Jeffrey Scoot Childs Rosa Sequeira Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.) José Bernardino Milene Alves Paula Carreira Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Revolução de 1923: antecedentes e repercussões na imprensa
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 105
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2025

ISBN - 978-65-5306-022-7

CAPA: D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 2 maio 1923.

Sobre o autor:

Francisco Alves das Neves é Professor Titular Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017),PUCRS (2018),à Cátedra Infante Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

SUMÁRIO

Antecedentes: o Partido Republicano Rio-Grandense, a Reação Republicana e a revolta militar de 1922/11

A Revolução de 1923 a partir do fotojornalismo editado em *O Malho /* 35

A guerra civil gaúcha de 1923: breves incursões caricaturais da revista D. Quixote / 93

Antecedentes: o Partido Republicano Rio-Grandense, a Reação Republicana e a revolta militar de 1922*

Introdução

A República Brasileira, superando as crises de sua fase inicial, consolidou-se a partir de um modelo político oligárquico, o qual teve por características básicas o predomínio dos dois Estados economicamente mais poderosos - São Paulo e Minas Gerais. Tal liderança permitiu que ambos utilizassem largamente o aparelho do Estado em benefício próprio. Dessa forma, esse sistema "café-com-leite", muitas vezes apresentado como sólido, monolítico e imune a contestações, deparou-se com algumas crises políticas, principalmente no que tange a determinadas sucessões presidenciais, momentos em que, várias vezes, as denominadas de periféricas buscariam desalojar as oligarquias centrais do poder. A partir da década de 1920, os movimentos oposicionistas das oligarquias dissidentes seriam agravados pelo eclodir de rebeliões vinculadas à jovem oficialidade, contestadora do status quo. Tais elementos contribuíram para aprofundar as

^{*} Publicado originalmente em: Biblos, v. 6, p. 159-176, 1994.

contradições das estruturas oligárquicas, levando ao declínio da República Velha.

Nesse quadro, o Rio Grande do Sul exerceu papel relevante, tendo participado ativamente do processo político-partidário nacional, ao estabelecer significativa influência nas sucessões presidenciais de 1919, 1921-1922 e 1929-1930. Constitui objetivo deste trabalho analisar a posição da agremiação partidária governista gaúcha, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), diante do intrincado momento da sucessão de Epitácio Pessoa, culminando com a formação da Reação Republicana e a eclosão da Revolta do Forte de Copacabana. Para a efetivação do estudo, as fontes primárias foram o discurso intitulado "A Reação Republicana", publicado em 1921, e os editoriais do jornal A Federação, reunidos na publicação "O momento político, a sedição militar e a atitude do Partido Republicano Rio-Grandense", de ambos organizados por Lindolfo Collor, verdadeiro porta-voz do PRR àquela época. As circunstâncias advindas da crise destacada no presente ensaio provocaram amplas transformações na evolução política republicana rio-grandense.

A Reação Republicana

Ainda em fevereiro de 1921, as oligarquias paulista e mineira começaram as articulações visando à sucessão de Epitácio Pessoa. A própria presença de um paraibano no poder correspondia a uma solução emergencial, em um momento no qual aquelas não chegaram a um candidato consensual. Passada essa

circunstância, foram iniciadas as tratativas para restabelecer o *status quo*, ou seja, colocar na presidência o representante de uma delas. Com isso, o nome apontado foi o do governador de Minas Gerais, Artur Bernardes, com a garantia de que o sucessor deste seria Washington Luís, governador de São Paulo. A alternância "café-comleite" parecia garantida e inconteste.

O próximo passo seria estabelecer a tradicional convenção nacional para homologar a candidatura situacionista. Já nesse momento o Rio Grande do Sul se manifestou contrariamente, porém a dissidência se completaria com a escolha do candidato à vicepresidência na chapa governista. As tendências levaram à busca pela cooptação das oligarquias nordestinas, e assim surgiriam dois nomes - José Bezerra e J. J. Seabra representantes respectivamente de Pernambuco e Bahia. A escolha recaiu sobre um terceiro elemento, o governador do Maranhão. Urbano dos Santos. ocasionando nova fissura, com a dissidência de pernambucanos e baianos.

O governador gaúcho, Borges de Medeiros, já na questão sucessória de 1919 buscou demonstrar o peso político do Rio Grande do Sul, sendo o primeiro a indicar o nome de Epitácio Pessoa, candidato vencedor naquela eleição. Já na sucessão de Pessoa, foi também o primeiro a se manifestar diante da proposta situacionista. A notificação presidencial referente ao processo sucessório manifestava "a honra de comunicar que o Partido Republicano Mineiro deliberou adotar a candidatura" de Artur Bernardes para a presidência "no próximo quadriênio", vindo a "propugnar pela reunião de uma convenção nacional para resolver o assunto". Tal comunicado foi considerado "inábil" e "nada mineiro,

pela aspereza que não solicitava sequer, antes impunha uma adesão, a ser depois ratificada pela convenção", estando ou não "de acordo o Rio Grande do Sul"¹.

Diante disso, Borges de Medeiros propalou que se tratava de uma afronta à forma de escolha do candidato presidencial, tratando-se apenas de simples confirmação, sem participação direta de seu Estado e, em nome do PRR, não homologou a candidatura Bernardes. O governante gaúcho argumentou que era preciso modificar o modo de escolha dos candidatos, começando "por facilitar à apreciação pública o debate amplo das ideias e opiniões dos candidatos", de modo a "terminar pela investigação das qualidades e requisitos, méritos e serviços de cada um, como meio de realizar-se uma escolha conscienciosa e popular"².

Nesse quadro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, Estados que correspondiam, "respectivamente como o terceiro, quarto, quinto e sexto, em importância eleitoral", ficando atrás apenas de "São Paulo e Minas Gerais"³, uniram-se como uma frente de oposição. A cabeça da chapa oposicionista coube à figura do fluminense Nilo Peçanha, que abandonara a candidatura Bernardes, ficando o baiano J. J. Seabra como candidato a vice. Formava-se, assim, a Reação Republicana, com a

¹ FERREIRA FILHO. Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul.* 4.ed. Porto Alegre: Globo, 1974. p. 206.

² COLLOR, Lindolfo. *A Reação Republicana*. Porto Alegre: Globo, 1921. p. 12.

³ FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1978. p 408.

decisiva participação gaúcha, em uma frente que viria a constituir notório exemplo de oposição entre oligarquias periféricas e centrais.

O papel do Rio Grande do Sul no bloco oposicionista, bem como na própria formação da Reação Republicana, adveio não apenas das questões de fundo político, mas também se originou dos interesses econômicos do Rio Grande do Sul. Assim, "na base desta oposição", estiveram "os interesses econômicos", gaúchos, "contrários aos esquemas de valorização do café, que aumentavam a inflação e a instabilidade financeira", os quais foram "responsáveis por uma diminuição na demanda do principal produto do Estado – o charque"⁴.

Em suas propostas, a Reação Republicana exigia o saneamento financeiro, espelhando-se na política econômica outrora empregada por Campos Sales no combate à inflação. A frente oposicionista acusava o "imperialismo" dos Estados centrais, essencialmente no que se referia à política de valorização do café, não defendendo a suspensão desta e sim a expansão de planos protecionistas para produtos de outros Estados, além da colocação de infraestrutura, principalmente transporte, voltados praticamente apenas para os Estados que compunham a Reação. Nessa linha, os governistas gaúchos afirmavam:

De tal modo esta verdade ressalta aos olhos de todos que se pode dizer, em resumo, que a política econômica do Brasil vem sendo, na

_

⁴ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 39.

República, conjunta ou alternadamente, uma política mineira e uma política paulista. É esta circunstância (...) que nos oferece a explicação do abandono em que tem jazido a borracha da Amazônia, necessitada, mais que o café, da proteção oficial; é ela que nos dá a chave para o descaso com que a República, até há pouco, olhava para os desertos econômicos do Nordeste; é ela que torna possível a realização de caprichos perniciosos, como foi o da entrega da viação férrea do Rio Grande do Sul, de extraordinária significação comercial estratégica, às mãos exploradoras de empresas estrangeiras (...). Não se trata, pois, de negar a este ou àquele Estado o direito de aspirar ao governo do país. Trata-se de repartir esse direito entre todos os Estados da União, aos quais ele assiste por modo igual.⁵

No campo político, a participação – e praticamente liderança – rio-grandense na Reação Republicana se justificaria pelo "credenciamento do PRR como força política no Estado e sua intenção de deixar de ser membro secundário na composição do poder que dominava o governo federal"⁶. Assim, o Rio Grande do Sul buscava uma posição predominante no contexto nacional, colocando-se como defensor de uma suposta "república democrática", chegando até mesmo a apontar a organização política gaúcha – sistema político autoritário por natureza – como modelo a ser seguido pelo restante da federação. Nesse quadro, Borges de

⁵ COLLOR, 1921, p. 15-16.

⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. *Positivismo – um projeto político alternativo*. Porto Alegre: L&PM, 1986. p. 75.

Medeiros declararia que o Estado estava preparado para assumir essa postura e, em caso de derrota da oposição, estaria pronto para as dificuldades e possíveis represálias que poderiam se fazer sentir. De acordo com tal perspectiva, o governante gaúcho dizia que "o Rio Grande do Sul não deve inquietar-se porque já se habituou, de longa data, a trabalhar e a viver por si". Desse modo, afiançava que se o Estado sulino precisasse "isolar-se na sua modesta autonomia e na fatalidade histórica e geográfica que lhe assinala o seu território, nada o fará sair da linha em que se tem mantido" até então, permanecendo "o Rio Grande a postos na defesa da República, como o esteve na defesa do Império e da integridade nacional e com o heroísmo que defendeu o novo regime"7.

Para o PRR, Bernardes constituía-se em nome quase inteiramente desconhecido, não estando à altura de ocupar o poder máximo da República. Lindolfo Collor, em nome da agremiação partidária governista gaúcha, chegou a traçar um paralelo entre os dois candidatos. Segundo ele, Nilo Peçanha possuía uma carreira marcada pelo "brilhantismo" de "sua passagem pela Constituinte"; além de ter reorganizado "a economia e as finanças do seu Estado"; dirigido "com raro tino e elevação de vista os negócios do país"; deixado, quando no Congresso, "um rastro vivo de ideias"; gerido "as nossas relações exteriores com extraordinário tato e admirável segurança", vindo a elevar "o renome do Brasil" em direção a uma "posição

⁷ Discurso de Borges de Medeiros proferido em 29 de maio de 1922; citado por: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Borges de Medeiros*. Porto Alegre: IEL, 1990. p. 58.

de destaque no convívio das grandes nações". Quanto a Artur Bernardes, era reconhecida a possibilidade de vir a ocupar a presidência, porém, no futuro, pois "no presente, nada a não ser a fortuita circunstância de se achar à frente do governo de Minas, o indica para essa excepcionalíssima prova de confiança".

Assim, a oligarquia gaúcha, representada pelo PRR, passou a autoproclamar-se como defensora de propalados princípios democráticos e detentora da aceitação por parte da opinião pública, afirmando, enfim, que os ideais republicanos seriam exatamente aqueles coincidentes com o modelo borgista, herdeiro do castilhista. Dessa maneira, os elementos vinculados à Reação Republicana eram apontados, por serem aliados do Rio Grande do Sul, como herdeiros de uma política considerada como "pura", em detrimento daqueles que eram considerados como "políticos profissionais", que detinham o poder no sistema café-com-leite. Nesse sentido Collor, referindo-se aos adversários, considerava que:

Do outro lado, dizem que está a maioria numérica dos políticos profissionais. Mas, se os políticos profissionais que dispõem, nos grandes momentos históricos, da direção dos negócios públicos, pudessem impor à consciência nacional o predomínio da sua vontade (...) a independência do Brasil ainda não estaria feita, (...) o braço negro ainda não estaria liberto, (...) a República ainda não estaria proclamada, porque contra essas gloriosas conquistas da opinião

⁸ COLLOR, 1921, p. 13-14.

também se opuseram os políticos que dispunham do poder, naquelas horas (...) de nossa história!⁹

A candidatura de Nilo Peçanha deveria aparecer desse modo como uma alternativa, traduzindo uma realidade de crescente contestação e descontentamento, com a forma como se processava o jogo político, reduzido ao arbítrio de poucas pessoas"10. Apesar de ser uma disputa intra-oligárquica, "a campanha demonstrou que existia no país uma vontade de mudança, embora difusa, a qual o candidato (Nilo Peçanha) tentou capitalizar em seu favor"11. Dessa maneira, mesmo que os dois grupos em disputa representassem os interesses da elite econômica, o conteúdo oposicionista da Reação Republicana chegou a atingir outros segmentos sociais. Assim, "o movimento das oligarquias não-cafeeiras" ganharia "significativamente o apoio da classe média urbana, cujas expressões adotam uma plataforma liberal, necessária à derrubada da política dos governadores"12.

Nesse quadro, os jovens oficiais que passavam a articular-se e manifestar sua insatisfação com o modelo político em vigor na república oligárquica passaram a apoiar a Reação Republicana, depositando na mesma suas expectativas por transformações. O discurso supostamente "democrático" da oposição parecia

_

⁹ COLLOR, 1921, p. 20-21.

¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *O tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 16.

¹¹ VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *A crise dos anos* 20. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992. p. 20.

¹² MERCADANTE, Paulo. *Militares & civis: a ética e o compromisso*. Rio de Janeiro: Zahar, s/data. p. 198.

coincidir com as principais reivindicações do movimento ser conhecido como tenentismo, principalmente no que se referia a uma "modernização" na política eleitoral, considerada retrógrada e defasada. Para os tenentes, "as sensibilidades dominantes não possuíam delicadeza compreender para política de desta consequências esmagamento opressão". Ainda segundo eles, "a miopia partidária cerrava os olhos para a evolução universal, aparentando desconhecer a evidência do acanhadíssimo sistema eleitoral" brasileiro¹³. Porém, já em 1922, com a vitória situacionista na eleição presidencial, ficaria evidenciada a falta de identidade entre os interesses das oligarquias dissidentes e as aspirações das classes médias e dos jovens militares.

A sedição militar de 1922

Durante a década de 1920 afloraram diversos movimentos militares que traduziam a insatisfação de setores de tal categoria com a situação dominante. O governo de Epitácio Pessoa despertou mais ainda a oposição dos militares, principalmente pela acusação de um certo civilismo, tendo inclusive nomeado dois civis – Pandiá Calógeras no Ministério da Guerra e Raul Soares no da Marinha – para pastas tradicionalmente ocupadas por militares. Tal posição afastava-os também do candidato governista e "a candidatura de Nilo Peçanha, por ser de oposição à candidatura oficial de Bernardes",

¹³ SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1976. p. 38.

poderia contar com o "apoio dos militares, particularmente daqueles que começavam a cuidar de uma intervenção armada no processo político"¹⁴.

Enquanto em campanha, as oligarquias dissidentes, inclusive a gaúcha, buscaram angariam a simpatia dos militares que se antagonizam com o regime vigente:

De que a nação não está ferida de cegueira e de que ela não resolverá contra os seus próprios interesses em jogo são, desde já, testemunhos mais do que suficientes as inequívocas demonstrações de solidariedade que recebemos do povo, representado por todas as suas classes sociais, operários, industriais e comerciantes, e das fileiras armadas, principalmente do glorioso Exército Nacional, cujas figuras mais eminentes, em declarações públicas, não se cansam de afirmar que o seu apoio estará do nosso lado. 15

A oposição dos militares para com Bernardes ficaria ainda mais acirrada com a publicação das denominadas "cartas falsas", nas quais o candidato teria ofendido a figura de Hermes da Fonseca, chamando-o de "sargentão sem compostura" e "canalha" que "precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina" 16, além de atingir o Exército como um todo. A questão da autenticidade das referidas cartas foi significativamente

¹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 211.

¹⁵ COLLOR, 1921, p. 19-20.

¹⁶ CARONE, Edgard. *A Primeira República: texto e contexto*. **4.**ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 57.

discutida, chegando-se, mais tarde, à confirmação de sua falsidade. Para os militares, porém, a conclusão seria outra, de modo que "no Exército e na Armada, 80% dos oficiais estavam convencidos" de que Bernardes "era culpado, enquanto 10% defendiam a convicção oposta e os 10% restantes agiam por interesse egoísta, sabendo perfeitamente", que se tratava de "uma manobra eleitoral imoral e indigna"¹⁷.

Nesse quadro, o apoio de setores militares à candidatura de Nilo Peçanha levaria, em alguns casos, ao extremismo de afirmar que a vitória seria obtida de qualquer modo, fosse ou não legal. Assim, setores mais radicais das forças armadas fizeram circular entre as diversas guarnições militares dos Estados mensagem destinada aos "camaradas". Tal comunicado demarcava que "a nossa moção significa não votarmos no nosso inimigo Artur Bernardes que não será governo porque dissolverá o Exército", já que "conhecemos seu desejo incontido de vingança, a sua arrogância e violência, apoiado nos negocistas de São Paulo, nos régulos estaduais" e "no conluio político desgraçadamente" embasado "na ambição dos generais". Ainda de acordo com o manifesto, "capitães e tenentes, bem como os sargentos estão todos unidos e bem orientados, aguardando o momento para agir", vindo a garantir que, se Bernardes fosse eleito, "impediremos o seu reconhecimento pelo Congresso" e, "se for reconhecido, impediremos a sua posse de qualquer modo". Finalmente, afiançava que "em 15 de novembro, não haverá governo; tomaremos conta do Sr. Bernardes, vivo

_

¹⁷ CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil.* 8.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980. p. 362.

ou morto, e então daremos posse ao Sr. Nilo ou proclamaremos um ditador"18.

assim a jovem oficialidade Optava insurreição, caso necessário, como forma de impedir a vitória ou a posse do candidato governista. Entretanto, o triunfo nas eleições de março de 1922 foi de Bernardes, diante do que a oposição ainda tentaria a formação de um "tribunal de honra", que substituiria o Congresso no processo de apuração, sendo esta a última tentativa de vencer a máquina eleitoral reinante, o que não foi obtido. Frente a tal circunstância, "a situação de revolta contra o candidato vitorioso e as oligarquias que o sustentam" tornou-se "cada vez mais radical", em um quadro pelo qual, "apesar do clima tenso", existia "ambiguidade de posições" entre "as oligarquias dissidentes e a alta oficialidade", que só pretendiam "pressionar legalmente contra o grupo dominante", ao passo que, "a baixa oficialidade pensa de maneira contrária", pretendendo "passar da legalidade à ilegalidade" e "da pressão à revolução"19.

A conjuntura se agravou com a possibilidade de intervenção federal em Pernambuco. Hermes da Fonseca, em nome do Clube Militar, emitiu telegrama ao comandante da Região Militar, conclamando-o a não permitir "ao nosso glorioso Exército a odiosa posição de algoz do povo pernambucano" 20, enviando ainda cópia da mensagem telegráfica a todos os comandantes

¹⁸ FORJAZ, 1977, p. 44-45.

¹⁹ CARONE, Edgard. *O tenentismo*. São Paulo: DIFEL, 1975. p. 29.

²⁰ CARONE, Edgard. *Revoluções no Brasil contemporâneo*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 30.

militares. Tal ato foi considerado pelo governo federal como de insubordinação e o Presidente Epitácio Pessoa ordenou a prisão de Hermes da Fonseca. Como o Clube Militar confirmara as palavras do marechal, foi também determinado o fechamento da instituição. A crise tornou-se incontornável e, a 5 de julho de 1922, no Rio de Janeiro, estourou a Revolta do Forte de Copacabana, o primeiro movimento armado de cunho tenentista.

O desenrolar dos acontecimentos, a partir da Revolta de 1922, evidenciou o desencontro entre os projetos das oligarquias dissidentes e os da jovem oficialidade. A tendência revolucionária dos militares não encontrou respaldo por parte dos políticos oposicionistas, que buscaram afastar-se do movimento militar, enquadrando-se em tal contexto o PRR de Borges de Medeiros. Dessa forma, o partido governista no Rio Grande do Sul passou a articular forte campanha, principalmente no seu órgão oficial, o jornal portoalegrense *A Federação*, visando a eximir-se de qualquer relacionamento com os rebeldes, vindo a definir os sectários do borgismo como "defensores intransigentes da ordem".

A partir desse momento, o PRR acusou o "bernardismo" como responsável e principal motivador do "ambiente de desordem", apontando aquilo que considerava como causas diretas da sedição:

a desconfiança e o mal-estar com que a nação recebeu a candidatura presidencial de um político mais ou menos desconhecido e falho, sem dúvida do necessário lastro de prestígio capaz de lhe impor o nome ao pleno respeito do público; e a

ambição pessoal desse candidato e a intolerância partidária dos seus amigos.²¹

Uma das grandes preocupações do PRR passou a ser o convencimento da opinião pública sobre as responsabilidades pela crise que abalava o país. Para os representantes do PRR, seria imprescindível que

perante o tribunal da opinião pública, todos os responsáveis se definam, para que os porvindouros tenham elementos de prova e de raciocínio para formar imparcialmente o seu juízo sobre os desoladores acontecimentos desta hora conturbada e indecisa da nossa história política.²²

Apesar desse intento de buscar justificar suas atitudes, Borges de Medeiros e seu partido enfrentaram, então, delicada circunstância, já que "a derrota do candidato da Reação Republicana colocou o PRR em uma difícil posição, pois praticamente estava na insustentável situação de ser um partido" que dominava "um Estado e ao mesmo tempo em oposição ao grupo que formava o bloco de poder" na esfera nacional. A alternativa de "permanecer na oposição representaria que o PRR teria de somar forças com grupos como os dos tenentes e com outras forças políticas não-oligárquicas", as quais "começavam a aparecer no cenário político do país". O PRR, como "membro do pacto oligárquico que regia a República", apresentava

²¹ O MOMENTO POLÍTICO, A SEDIÇÃO MILITAR E A ATITUDE DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Tipografia de *A Federação*, 1922. p. 49.

²² O MOMENTO POLÍTICO..., 1922. p. 16.

"um caráter ambíguo", pois, "se, por sua longa história de poder no Rio Grande do Sul, teve condições de envolver-se em uma campanha oposicionista para a presidência", tal postura "não lhe dava condições de manter-se como oposição"²³.

Através dos editoriais de *A Federação*, o PRR buscou responder a todas as acusações de participação rio-grandense, ou da Reação Republicana, no processo de fermentação revolucionária. O jornal apontou como responsáveis pela rebelião: além da candidatura Bernardes, considerada "uma aventura imoral, posto que acionada tão só pelo desejo de mando" e pelo "amor próprio em política"²⁴; as atitudes tomadas por Epitácio Pessoa, o qual foi acusado "pela maneira parcial", com que "se houve na escolha do seu sucessor", permitindo "todas as facilidades para a candidatura Bernardes" e realizando "um persistente trabalho de sapa contra o candidato da dissidência", encobrindo suas atitudes com "insinceras demonstrações verbais de neutralidade na luta política"²⁵.

A Federação realizou ainda mais duras críticas a Epitácio Pessoa, denunciando seus procedimentos de intervenção em Pernambuco e a decorrente prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar, vindo a condenar "as perseguições aos militares simpáticos à Reação Republicana, a censura e a prisão da mais alta patente do Exército", em referência ao marechal Fonseca, o qual, na opinião de Epitácio, "ofendeu a disciplina, porque recomendava a

²³ PINTO, 1986. p. 78-79.

²⁴ O MOMENTO POLÍTICO..., 1922. p. 26.

²⁵ O MOMENTO POLÍTICO..., 1922. p. 50.

companheiros seus o respeito à constituição", além do "acintoso fechamento do Clube Militar, que não encontrava razões na lei principal", de modo que o Presidente "recorreu a uma lei que regula a repressão do anarquismo e do lenocínio" ²⁶.

A publicação governista gaúcha intentava tornar evidente um propalado não envolvimento da Reação Republicana nos acontecimentos, vindo a apontar o "antimilitarismo" de Epitácio e de Bernardes, como elemento motivador dos conflitos do momento:

Se o Exército tinha, por via das cartas, razões para se julgar ofendido pelo Sr. Artur Bernardes, não era certamente à dissidência que cabia o papel de intermediária pacífica entre as duas partes em contenda (...). Aparecidas as primeiras manifestações de oficiais favoráveis à Reação Republicana, o Sr. presidente sentiu-se na obrigação de censurá-los e removê-los, ou mesmo prendê-los. Simultaneamente, outros oficiais manifestavam-se a favor do Sr. Bernardes, e a estes nada sucedeu de desagradável (...). Foi isto mais um motivo para os ânimos dos militares se fossem exacerbando cada vez mais.27

Epitácio Pessoa foi ainda acusado pela folha borgista de querer a "capitulação incondicional" da dissidência, além de ter utilizado o aparelho burocrático do Estado na campanha, "exonerando funcionários simpáticos à dissidência e substituindo-os por outros,

²⁶ O MOMENTO POLÍTICO..., 1922. p. 54.

²⁷ O MOMENTO POLÍTICO..., 1922. p. 32-33.

favoráveis ao bernardismo"28. O partido que governava o Rio Grande do Sul ainda visou a demarcar suas atitudes propaladas como conciliatórias ao enaltecer que a dissidência tentara um último acordo antes das sugerindo desistência de ambos eleicões, a candidatos, buscando um "entendimento honesto que não favorecesse partidariamente nenhuma das facções em luta, mas se pautasse tão só pelos supremos interesses do bem público"29, vindo a consentir ambos "na escolha de um terceiro nome", porém, "os resultados foram sempre infrutíferos". Em relação a tal sugestão, o PRR acusava "o bernardismo" de "ridicularizar o gesto da dissidência, que foi por ele tido e analisado como demonstração de fraqueza"30. Apontou ainda A Federação para a tentativa de obter um tribunal arbitral que apurasse o resultado das eleições, como uma outra tentativa de conciliação feita pela Reação Republicana.

objetivar eximir-se Além de responsabilidades sobre a sedição militar, o PRR, a exemplo da oligarquia dissidente como um todo, intentou demonstrar um completo afastamento em rebeldes. Segundo tal perspectiva, relação aos "reconhecido Bernardes pelo Congresso Nacional, Borges de Medeiros deu por encerrada a contenda", pois, como "homem conservador por índole e formação filosófica" e "político dos mais esclarecidos de seu tempo, o chefe republicano sabia que o rompimento da ordem constitucional", ainda que "por um movimento

_

²⁸ O MOMENTO POLÍTICO..., 1922. p. 52.

²⁹ O MOMENTO POLÍTICO..., 1922. p. 55.

³⁰ O MOMENTO POLÍTICO..., 1922. p. 24.

vitorioso, traria consequências cujo alcance ninguém poderia prever"31.

Essa postura advinha das dificuldades em torno de sustentar uma atitude oposicionista e as consequências que a mesma provocaria. Com isso, o governo do Rio Grande do Sul buscou qualificar a si mesmo como uma espécie de "guardião da ordem e antirrevolucionário", defendendo, prioritariamente, a constituição e condenando qualquer violência que viesse a macular a mesma. Nesse sentido, destacava que

nada mais absurdo nem mais condenável do que corrigir uma violência com outra violência. Se nós abordássemos agora esta estrada, daríamos início (...) a um retrocesso histórico, em demanda das turbulentas origens caudilhescas da maior parte dos Estados americanos.³²

O PRR procurou assegurar a não existência de identidade entre os objetivos da Reação Republicana e os dos rebeldes, afirmando que a vitória da sedição não significaria a vitória da dissidência:

Triunfante, o movimento não sanaria o pleito presidencial no que ele tivera de vicioso para o nosso ponto de vista, nem retificaria, tampouco, como nós desejamos, o pronunciamento (...) do Congresso Nacional. (...) Desde que a sublevação militar fosse coroada de êxito, a vitória não seria da Reação Republicana, cujo candidato não seria

³¹ FERREIRA FILHO, 1974. p. 207.

³² O MOMENTO POLÍTICO..., 1922. p. 10.

empossado: A vitória pertenceria integralmente aos militares.³³

Federação destacou também aquilo que considerava como as origens e a evolução histórica do de "defensor da PRR qualidade argumentando com o "exemplo que foi a nossa tenaz legal, debelar a anarquia resistência no criminosamente deflagrada em 93, e que para aceitar a sedição, "necessário se tornaria" que esquecessem "dos formidáveis embates que o nosso partido, mais do que qualquer outro, sustentou pela normalidade regime"34. Somente em uma das passagens dos editoriais o periódico do PRR destacou certa aceitação do movimento militar pelos dissidentes, ao afirmar que, pugilo "pensando naquele de bravos aue entrincheiraram no Forte de Copacabana preferiram a morte à capitulação", seria compreensível "de que sacríficos é capaz a alma brasileira quando inflamada por uma ideia ou sentimento profundo"35. Ainda assim, tal afirmação só serviu para complementar as críticas direcionadas a Epitácio Pessoa e Bernardes, atribuindo a eles toda e qualquer responsabilidade pela rebelião, pois todo o restante da postura do PRR se voltou à não aceitação dos atos de rebeldia, pois, para a agremiação, por mais que condenasse "os desmandos do poder que foram a causa mais próxima da revolta", não

³³ O MOMENTO POLÍTICO..., 1922. p. 44.

³⁴ O MOMENTO POLÍTICO..., 1922. p. 17 e 45.

³⁵ O MOMENTO POLÍTICO..., 1922. p. 15.

poderia, "entretanto, levar o aplauso aos autores da mesma e a quantos por ela seja responsáveis"³⁶.

Finalmente, o partido situacionista no Rio Grande do Sul, na figura de Borges de Medeiros, declarou desfeitos os laços com a dissidência e encerrada a postura oposicionista da agremiação partidária hegemônica na conjuntura gaúcha diante do novo governo estabelecido na esfera federal, buscando afirmar aquilo que considerava como uma espécie de neutralidade:

No terreno da ordem e da legalidade, nada mais há a fazer. E como nunca pisamos outro terreno que não fosse aquele, é da própria natureza das coisas que decorre logicamente a atitude expressa pelo nosso preclaro chefe, considerando e proclamando "liquidada a contenda presidencial". (...) Cessada a causa, cessa o efeito. E é por isto, e não por outras razões de conveniência política, que o eminente orientador do Partido Republicano Rio-Grandense, superiormente inspirado pela sua inquebrantável dedicação à República, considera desfeito o vínculo que nos prendia às outras bancadas da minoria (...), retomamos agora "a nossa antiga posição de completa independência, alheios a competições ou a conluios, defendendo com intransigência, a nossa doutrina, combatendo os erros e profligando os abusos do poder, sem fazer oposição sistemática, inconciliável com a nossa doutrina orgânica.37

³⁶ O MOMENTO POLÍTICO..., 1922. p. 56.

³⁷ O MOMENTO POLÍTICO..., 1922. p. 62-64.

Considerações finais

A participação do Rio Grande do Sul na Reação profundas consequências trouxe Republicana estruturação política do Estado, tanto internamente quanto no relacionamento com o restante da federação. A princípio, o governo federal ainda buscou uma prática conciliatória com o bloco oposicionista, atendendo a uma reivindicação básica da Reação, referente à expansão de uma política protecionista a produtos oriundos dos Estados "periféricos", vindo a ser decretada, em junho de 1922, "uma lei estabelecendo a ajuda do governo aos produtores de borracha, algodão, cereais e produtos pecuários, além dos produtores de café". Tal "estatuto reduziu as tarifas ferroviárias para o gado e seus produtos derivados, deu subsídios à indústria de carne, levantou créditos especiais" para "governos estrangeiros interessados na compra de produtos agrícolas e pecuários do Brasil e suspendeu temporariamente a importação de charque"38.

Tal conciliação acabou por não ser executada, pois, ao subir ao poder, Artur Bernardes abandonou o programa. Nesse quadro, a crise econômica se associaria à de natureza política, de modo que, lado a lado, provocaram uma circunstância que abalaria as estruturas de poder sul-rio-grandenses. Agravava-se então uma conjuntura marcada pela "crise econômica de 1921", pela "insatisfação dos produtores gaúchos não atendidos pelos poderes públicos", e pela "agitação política provocada pela Reação Republicana", a qual deu

32

³⁸ LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 212.

"margem a um processo de mobilização social na área rio-grandense". Em tal "processo de mobilização houve possibilidade de direção alternativa no uso do poder", pois "as reivindicações econômicas deslocaram-se para o plano político, ao contestarem e criticarem a ação do governo estadual" frente às "dificuldades advindas com a crise do pós-guerra"³⁹.

Essa crise estrutural deveu-se basicamente às contradições do PRR, pois o representou, em nível nacional, a oposição, enquanto que, no âmbito estadual, era o partido de situação, condições que se mostraria politicamente pouco sustentável. Nessa linha, "a volta imediata do PRR à sua posição de membro da aliança que dominava o país desde os primeiros anos do regime republicano" viria a revelar "o limite das possibilidades do partido em manter uma postura oposicionista". Nos quadros "da dinâmica da política da República Velha" e levando em consideração "a peculiaridade do Rio Grande do Sul, o PRR teria muito poucas possibilidades de se manter na liderança política do Estado se se mantivesse na oposição". Em realidade, "a derrota da Reação Republicana significou a derrota do PRR e dos demais participantes da campanha em reestruturar o pacto oligárquico a seu favor". Dessa maneira, "uma situação seria o PRR no poder" em "nível nacional", ao passo que seria "outra completamente diferente o PRR, como partido do governo do Estado, mas em oposição ao grupo nacionalmente dominante"40.

 ³⁹ ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: As oposições & a Revolução de 1923. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 65.
 ⁴⁰ PINTO, 1986. p. 79-80.

Com a postura dissidente na eleição presidencial, Borges de Medeiros calculou mal o peso político do seu Estado, uma vez que a vitória de sua proposta em torno da candidatura de Epitácio Pessoa, em 1919, fora efetiva porque "surgiu durante um impasse nas relações entre Minas e São Paulo", o que levaria o governante gaúcho a ambições mais altas, porém, em 1922, a Reação Republicana uniria "três Estados 'semi-soberanos' ao Rio Grande", contra São Paulo e Minas unidos. Vencer o aparelho eleitoral que dominava o país mostrou-se impossível e o Rio Grande do Sul, além de representar a oposição ao candidato vitorioso, teve de responder às acusações de cumplicidade na rebelião militar⁴¹. Dessa maneira, "o Rio Grande não sairia indene da fogueira que começava a lavrar"42, já que logo as tradicionais oposições rio-grandenses-do-sul viriam a se rearticular para a disputa das eleições estaduais. Com a derrota dos oposicionistas, com mais uma reeleição de Borges de Medeiros, o Estado mergulhou, em 1923, em outra cruenta guerra civil. O PRR não foi apeado do poder, porém, após o conflito, no processo de pacificação, a oposição daria os primeiros passos em direção à derrocada do borgismo.

⁴¹ LOVE, Joseph L. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 121.

⁴² SILVA, Hélio. 1922: sangue na areia de Copacabana. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. p. 284.

A Revolução de 1923 a partir do fotojornalismo editado em *O Malho*

Uma das facetas da Crise dos Anos 20 que atingiu fortemente o Brasil foi a da limitação à liberdade de expressão e a conseguinte censura/repressão sobre as atividades jornalísticas. Os focos revolucionários iniciados em 1922 e que se seguiriam nos anos seguintes, com ênfase para a Revolução Gaúcha de 1923, serviram como mote ao governo federal para instituir legislações repressivas que castraram a livre manifestação dos jornais. Tal processo foi sentido pelo conjunto do periodismo brasileiro, atingindo os seus mais variados gêneros como foi o caso das revistas ilustradas, tanto as de natureza essencialmente informativas, quanto às de teor satírico-humorístico, as quais se viram podadas de seu veio editorial, vinculado ao espírito fortemente crítico. Nesse sentido, coube a tais publicações optarem pela estratégia de uma abordagem predominantemente embasada no fotojornalismo. O objetivo do presente ensaio é estudar as repercussões da Revolução Rio-Grandense de 1923 a partir da cobertura da revista ilustrada do Rio de Janeiro O Malho.

Além do próprio contexto coercitivo, esse periódico carioca seguiu uma tendência das revistas ilustradas de então, com a publicação de coberturas fortemente calcadas na fotografia. Era uma época em que o mundo se viu, aos poucos, substituído por sua

imagem fotográfica, de modo que o mesmo se tornou portátil e ilustrado. Nesse sentido, a fotografia assumia uma natureza testemunhal, a partir de sua condição técnica de registro preciso do aparente e das aparências. Ainda assim, a foto é passível de toda a sorte de manipulações, a partir da perspectiva de que os receptores nela viam apenas a "expressão da verdade", posto que resultante da "imparcialidade" da objetiva fotográfica⁴³.

Nesse quadro, a fotografia é encarada como um registro que aproxima a imagem do acontecimento como se fora um duplo, ou ainda uma referência real, de maneira que a foto se converte em testemunho, como prova de veracidade44. Prevalecia assim a perspectiva de que a fotografia reproduzia exatamente a realidade externa, tendo em vista o poder inerente à sua técnica, prestando-lhe um caráter documental, ao apresentá-la como o procedimento de reproduzir mais fiel e imparcialmente a vida social⁴⁵. A partir de perspectiva, fotojornalismo aproxima-se o reprodução do real, partindo da suposição de um real caótico, de uma superposição caleidoscópica que seria refletida pelas imagens, surgindo então uma série de imagens que, reunidas ou justapostas, poderiam sugerir

⁴³ KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 27.

⁴⁴ COSTA, Joan. *La fotografia entre sumisión y subversión*. México: Editorial Trillas, 1991. p. 59-60.

⁴⁵ FREUND, Gisèle. *La fotografia como documento social*. 8.ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1999. p. 8.

aspectos ou ângulos de uma atmosfera ou de um ambiente⁴⁶.

O fotojornalismo foi utilizado largamente como recurso editorial das revistas ilustradas, uma vez que elas eram publicadas, por um lado, sob o signo da diversão, à medida que traziam registros iconográficos que serviam para distrair seus leitores e transportá-los para outros lugares, mas também ajudaram na formação e na educação de segmentos populacionais que precisavam de informações específicas, mas que não queriam ou não tinham condições de dedicar-se aos livros⁴⁷. Assim, elas atendiam a interesses diversos, não apenas como mercadorias, mas ainda como veículos de divulgação de valores, ideias e interesses⁴⁸.

As revistas buscavam atender a uma redefinição no perfil do mercado editorial, ávido por informações atualizadas, o que levou a um novo padrão estético-informativo das edições, com a cobertura dos acontecimentos nacionais e internacionais, normalmente a partir da associação entre o texto e a imagem⁴⁹. Nessa

⁴⁶ LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 1993. p. 36.

⁴⁷ SCALZO, Marília. *Jornalismo em revista*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 13-14.

⁴⁸ COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 105.

⁴⁹ MAUAD, Ana Maria. O olho da História: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006. p. 376.

linha, tais publicações constituíram veículos que se renovaram, sinalizando e imprimindo uma nova mentalidade⁵⁰. A partir de seus conteúdos, elas ofereceram oportunidades privilegiadas para explicitar e dotar de densidade os embates em torno de projetos políticos e questões artístico-literárias⁵¹.

Na qualidade de um impresso ligeiro, as revistas estiveram em consonância com uma determinada circunstância favorável no campo literário, técnico e mercadológico. Em geral, traziam em suas páginas textos de leitura mais rápida, de consumo imediato, permitindo e até privilegiando a coexistência de vários pontos de vista. A ideia fundamental era a de passar em revista temas, informações, estados de alma, enfim, toda produção prática e cultural de contemplando assim a busca por espelhar o presente⁵². Para tanto um dos princípios básicos foi a utilização do fotojornalismo, ou seja, o conjunto de atividades fotográficas e fotoeletrônicas no âmbito da comunicação, trazendo consigo todo o processo de noticiarização pela

-

⁵⁰ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 101.

⁵¹ LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 2-3.

⁵² MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922).* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008. p. 142, 144, 145 e 148.

fotografia, abrangendo expressões como a reportagem fotográfica, a cobertura fotográfica, entre outras⁵³.

Por meio da fotografia, as revistas difundiam os instantâneos da vida urbana e ditavam modas e comportamentos⁵⁴. Desse modo, as imagens fotográficas encontraram nas revistas um de seus principais veículos de divulgação, vindo criar modas a comportamentos. De acordo com tal perspectiva, tais publicações contribuíram para a generalização do mito da verdade fotográfica, bem como, por meio de suas crônicas e notas sociais, impuseram valores, normas e criaram realidades. Assim, as narrativas convencionais do fotojornalismo contribuíram para que fosse fornecido significado social a determinados acontecimentos em detrimento de outros, vindo a ser promovidos, aqueles, e não estes, à categoria de notícias, de modo a dar aparência de ordem ao caos que é a erupção aleatória dos episódios, e, portanto, conferindo inteligibilidade ao real55.

O Malho foi uma das mais importantes publicações brasileiras do seu gênero, tendo sido editado no Rio de Janeiro, entre 1902 e 1954⁵⁶. Manteve ao longo de sua existência uma proposta editorial marcada pelo

⁵³ BAHIA, Juarez. *Dicionário de jornalismo – século XX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 164.

⁵⁴ LUCA, Tania Regina de. Tipologia de revistas no Brasil das primeiras décadas do século XX. In: MELO, Ana Amélia M. C. de. & OLIVEIRA, Irenísia Torres de. *Aproximações cultura e* política. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013. p. 112.

⁵⁵ MAUAD, 2006, p. 371-372 e 382.

⁵⁶ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. v. 1, p. 144 e 146.

prisma satírico-humorístico, apresentando significativo conteúdo caricatural, além das incursões ao campo artístico-literário e às narrações voltadas ao cotidiano. O instrumento que dá título à publicação equivale a um martelo de grandes dimensões utilizado pelo ferreiro, devendo ser manejado com ambas as mãos, ao passo que a bigorna consiste em um objeto de ferro no qual são malhados e amoldados metais. A denominação do periódico vinha assim ao encontro da expressão "malhar" que, além de bater com malho, significa também, informalmente, censurar, criticar, fazer troça, escarnecer e zombar, bem em consonância com as propostas da publicação.

Na expressão caricatural de *O Malho* atuaram alguns dos mais importantes artistas da época, bem como a redação de seus textos também contou com renomados autores, de modo que chegou a constituir uma das mais prestigiosas revistas de crítica de seu tempo⁵⁷. Na qualidade de publicação ilustrada, a revista carioca fez parte do conjunto de edições que entretinham com informações leves e, sobretudo, apuro gráfico. Em tais periódicos, as imagens foram fundamentais no quadro de uma população com alto índice de analfabetismo, para a qual o conteúdo iconográfico comunicava mais que o texto⁵⁸. A afirmação dessa revista ilustrada carioca deu-se em uma conjuntura

-

⁵⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 301.

⁵⁸ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 91.

marcada pelo crescimento e diversificação do mercado editorial, que se assentaram no tripé da florescente economia urbano-industrial, em combinação com a modernização técnica e a ampliação do mercado leitor⁵⁹. Nessa época, as publicações transformam gradativamente seus modos de produção e o discurso com que se auto-referenciam, em um quadro pelo qual, passam a ser cada vez mais ícones de modernidade, ainda mais ao serem editadas na capital, ou seja, uma cidade que quer ser símbolo de um novo tempo⁶⁰.

Nessa época, a representação cômica da vida nacional adquiriu novas dimensões e, além disso, houve um significativo incremento da imprensa, mediante o aperfeiçoamento tecnológico das oficinas gráficas, o qual praticamente acompanhou a intensificação do crescimento urbano do país. Assim, a tradição da representação humorística ganhou maior força e se aprofundou com o desenvolvimento da imprensa e com a proliferação das revistas ilustradas⁶¹. Nesse contexto, *O Malho* vingou e prosperou e, para tanto, teve de fazer-se profundamente popular, lançando mão do recurso da

-

⁵⁹ COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 104.

⁶⁰ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil,* 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 22.

⁶¹ SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 297-298.

fotografia, além da própria caricatura⁶². Tal feição popular, pela qual se tornaria imensamente difundido em todo o Brasil, já se firmara desde o início do século XX, levando o homem da rua a gozar do espetáculo daqueles figurões, proclamando em alto e bom som o que o povo imaginava de fato que fosse o pensamento de cada um dos fantoches do imenso palco da politicagem nacional⁶³.

Ao refletir caricaturalmente a vida na capital federal, O Malho trazia uma perspectiva do Brasil como um todo, de modo que a transgressão mantida pelo humor visual mostrava um Rio de Janeiro que, como outros núcleos administrativos, comerciais e industriais, possuía um dinamismo demográfico singular e, ao assumir o papel de "cartão postal" do país, apresentavase como maior exemplo da modernidade nacional, síntese do país em dia com o mundo⁶⁴. Como caixa de ressonância do Brasil, o Rio de Janeiro, por meio de suas revistas ilustradas e humorísticas, mostrava que a República Velha apesentara a continuidade do poder oligárquico controlado político de caráter latifundiários⁶⁵. Nesse contexto, O Malho chegou a ser encarado como a maior força política de combate, mercê

_

⁶² MONTEIRO LOBATO, José Bento Renato. A caricatura no Brasil. In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1946. p. 20-21.

⁶³ LIMA, v. 1, p. 146.

⁶⁴ SILVA, Marcos A. da. Caricata República: Zé Povo e o Brasil.
São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 12-13.

⁶⁵ LEMOS, Renato. *Uma História do Brasil através da caricatura* (1840-2006). Rio de Janeiro: Bom Texto Editora e Produtora de Arte, 2001. p. 31.

de suas famosas charges assinadas por todos os grandes nomes da caricatura nacional, em nada poupando seus adversários ao longo do período em que foi publicado. Ao lado dessa característica, assumiu também uma feição literária e mundana, sem deixar de lado o interesse político, pela continuação das sátiras, por meio de seu tradicional tom polêmico, de maneira que suas críticas tiveram uma tremenda repercussão em todo país⁶⁶.

Tendo em vista, a conjuntura coercitiva da década de 1920, ao tratar da Revolução de 1923, *O Malho* teve de optar por uma abordagem embasada fortemente na fotorreportagem. Nesse sentido, tal revista ilustrada foi significativamente comedida ao abordar o movimento rebelde gaúcho, ainda mais se for levado em conta seu padrão editorial altamente crítico. Além do material publicado no formato do fotojornalismo, o periódico realizou incursões ao tema expressas nas seções "Notas da semana" e "Polític'ações", além de algumas pouquíssimas caricaturas⁶⁷.

A primeira impressão de *O Malho* sobre o Rio Grande do Sul convulsionado de 1923 deu-se com a publicação de "um grupo de oficiais do 1º Regimento de Cavalaria estacionado em Palmeira, em virtude dos últimos acontecimentos políticos". Já nas "Notas da semana", o periódico informava que a situação gaúcha começava a chamar a atenção do país e apontava que a provável causa da guerra civil era a falta de alternância

66 LIMA, v. 1, p. 144-149.

⁶⁷ O pequeno número de caricaturas publicadas em *O Malho* acerca da Revolução de 1923 foi abordado no número 104 desta *Coleção*.

no poder, promovida a partir do modelo castilhistaborgista⁶⁸:

A situação do Rio Grande do Sul começa a empolgar a atenção pública. Sabe-se agora de fonte limpa que há um grupo armado oposicionista disposto a protestar materialmente contra a posse do Sr. Borges de Medeiros, e sabese também que o governo estadual aparelhou forças para inutilizar esse protesto.

Sobre as "operações" são desencontradas as notícias. Querem umas que já tenha havido encontros sanguinolentos; outras, porém, asseguram que as forças governistas ainda não tiveram nenhum contato com os revolucionários.

Seja como for, o que é certo é que a paz de um grande Estado sofre neste momento uma crise aguda, que, de um momento para outro, pode perturbar a serenidade preciosa do governo federal.

E por que?

Inquestionavelmente por falta do verdadeiro patriotismo – desse patriotismo que, a tempo, devia ter evitado o motivo principal da divergência na terra gaúcha, as constantes reeleições presidenciais, que, digam o que disserem, são contra o espírito da Constituição de 24 de Fevereiro.

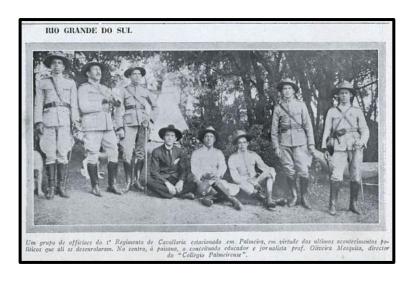
Se tivesse havido esse patriotismo são, forte e clarividente, permitindo a renovação quinquenal dos chefes do Poder Executivo, é certo que, graças ao bom senso natural de seus filhos, o Rio Grande do Sul não deixaria de ter o seu grande valor econômico, de unidade bem equilibrada

⁶⁸ O MALHO. Rio de Janeiro, 3 fev. 1923.

pelo valor da produção e desfrutaria agora a calma decorrente da satisfação de todas as parcialidades.

É possível que estejamos em erro e dizendo verdadeiras heresias; certamente, porém, exprimimos o sentir geral, que faz a devida justiça à integridade moral do Sr. Borges de Medeiros, mas sabe distinguir entre as estreitezas da política e colocar acima de tudo a harmonia geral dos interesses nacionais subordinada ao estatuto das verdadeiras democracias.

Fazemos votos por que se normalize quanto antes a tranquilidade pública na grande terra dos pampas.



Em pleno carnaval, época em que "Momo domina tudo", o periódico ilustrado também tinha de dedicar-se aos "assuntos mais sérios e mais graves".

Nessa linha, dizia que o "caso do Rio Grande do Sul é o que ainda empolga todas as atenções", descrevendo que, "rechaçados de Passo Fundo, ao anti-situacionistas em armas bateram em retirada, espalhando o desânimo em todas as hostes correligionárias, anunciando", desse modo, "o aniquilamento geral do prurido revoltoso". Lamentava que, por outro lado, "o governo do Dr. Borges de Medeiros criou 'mais' um corpo provisório da Brigada Militar", com o manifesto pressentimento da continuidade do conflito⁶⁹.

Passado mais de um mês, *O Malho* informava que havia "calmaria no mar da política", em um quadro pelo qual "apenas a terra gaúcha quebra um pouco o padrão de harmonia geral, continuando a fornecer notícias que um dia nos mostram vitorioso o movimento contra o Sr. Borges de Medeiros", e, em outro, davam o mesmo como "completamente fracassado". A tal respeito, a revista opinava que, "de uma forma ou de outra, não se percebem indícios de que a opinião pública se interesse pelo resultado final dessa luta que, de resto", se tratava de "pouco mais que a explosão de ambições mais ou menos disfarçadas"⁷⁰.

A revista se mostrava insatisfeita com a situação nacional, especificamente quanto às agitações políticas na Bahia e a guerra civil no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, se referia às "encrencas" ali estabelecidas, diante das quais "não é possível a delicada operação do restabelecimento das finanças e do crédito do país", a partir da falta de "uma tranquilidade absoluta em todas as unidades da federação". Segundo a publicação

⁶⁹ O MALHO. Rio de Janeiro, 10 fev. 1923.

⁷⁰ O MALHO. Rio de Janeiro, 24 mar. 1923.

ilustrada todos deveriam tratar "de evitar dissenções que degenerassem em desordem", afinal, "quando um não quer, dois não brigam", conforme "o provérbio popular", de maneira que "o fato de estarem brigando feio e forte os antagonistas políticos gaúchos", vinha a provar "evidentemente o propósito de se esquecer o que o bom senso manda e o patriotismo exige". De acordo com tal perspectiva, o periódico afirmava que essa situação fazia com que sofresse "o crédito moral e material da nação", apenas para satisfazer "vaidades e ambições". Apontava ainda para as dificuldades cambiais do país, agravadas pela crise provocada por "unidades de um todo que tem por lema 'ordem e progresso'"71.

Já em maio, *O Malho* aplaudia a iniciativa do governo federal em enviar emissário ao Rio Grande do Sul em busca da pacificação no Estado⁷²:

A notícia do embarque do Sr. Dr. Tavares de Lira para Porto Alegre ecoou simpaticamente não só no mundo político, mas ainda entre todos quantos acompanham com interesse a vida nacional.

É que o ilustre e ponderadíssimo homem de Estado foi incumbido pelo Sr. Presidente da República de conferenciar com o Presidente do Rio Grande do Sul sobre a possibilidade de um acordo em virtude do qual se possa fazer a paz, sem demora, na gloriosa terra gaúcha.

A missão é nobre e delicada. Ao Sr. Dr. Borges de Medeiros assistem razões certamente muito

-

⁷¹ O MALHO. Rio de Janeiro, 7 abr. 1923.

⁷² O MALHO. Rio de Janeiro, 5 maio 1923.

ponderáveis para pugnar pela sua causa. Mas ao Sr. Dr. Artur Bernardes, como chefe supremo da República, não faltam igualmente ponderabilíssimas razões para pugnar pelo interesse geral da nação.

E é este que está em cheque pelo movimento revolucionário no Estado do Rio Grande do Sul, movimento cuja longa duração começa a perturbar e a prejudicar a vida normal do país.

Engana-se quem quiser ou quem gostar de viver enganado; mas, perturbação da ordem tão profunda naquela altiva e laboriosa unidade da federação, tão cheia de tradições de luta, e de mais a mais Estado fronteiriço, não é o caso para ser abandonado aos azares da sorte.

Assim o compreendeu também o Sr. Presidente da República; e esta sua iniciativa de mediação para um acordo honroso, que tenha por base, não a permanência deste ou daquele (...) mas a cessação imediata da luta, exprime claramente os sentimentos da maioria da nação, que, antes de tudo, prefere a paz e a ordem, para maior eficiência no trabalho.

À hora em que estas linhas circularem já deve ter sido iniciado o entendimento do emissário do Sr. Presidente da República com o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. É de esperar não tarde a notícia do êxito completo de tão patriótica mediação, que honra sobremaneira o espírito justiceiro e conciliador do Sr. Artur Bernardes.

Na semana seguinte, o periódico narrava como teriam sido encaminhadas as negociações de paz, demonstrando certa ingenuidade ao acreditar que seria

aceitável para os rebeldes a proposta encaminhada pelos governistas⁷³:

Já está de volta o alto emissário que foi a Porto Alegre entender-se com o Presidente do Rio Grande do Sul sobre a necessidade de um acordo mediante o qual cessasse a luta armada naquele Estado.

Ao que dizem - ao que correu em rodas políticas e nós pedimos vênia para o transcrever textualmente - "o Sr. Borges de Medeiros teria exigido, como condição especial para a abertura revolucionários negociações, que os deponham as armas, comprometendo-se o governo do Estado a os não castigar. Para o cargo de Vice-Presidente seria indicada uma pessoa neutra, da confiança dos dois partidos e do governo federal, a qual assumiria o governo. Dissolvidos todos os grupos revolucionários e verificada a reposição de todas as autoridades estaduais e municipais, o Sr. Borges de Medeiros renunciaria e o Vice-Presidente procederia então à nova eleicão".

Eis aí o que já circulou impresso em vários jornais. A ser exato, isto é, a ter sido esse o acordo planejado, parece-nos ficará resolvida a pendência política da terra gaúcha, com honra para ambas as partes.

É isso que todos pensam fora da influência da política partidária e julgando a questão pelo prisma superior do patriotismo e da ordem pública.

Se se verificar tal acordo, não haverá senão que enaltecer as partes acordantes, e, acima de

.

⁷³ O MALHO. Rio de Janeiro, 12 maio 1923.

tudo, louvar-se a iniciativa da mediação do Presidente Artur Bernardes para estacar as fontes do gêneros sangue gaúcho, que já começava a tingir os pampas.

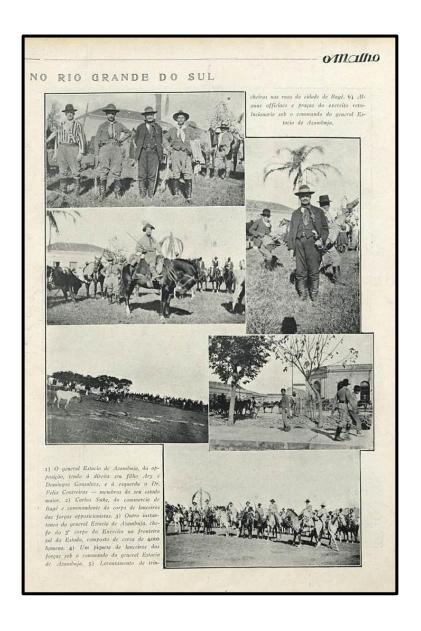
Permita Deus que esse ou outro qualquer ACORDO seja uma verdade.

A partir do final de maio, as matérias sobre a revolta gaúcha embasadas no fotojornalismo passaram a ser cada vez recorrentes. Foi o caso da publicação de duas páginas acerca do "Movimento Revolucionário no Rio Grande do Sul". No texto que acompanhava o conjunto fotográfico, a revista destacava que "os lamentáveis acontecimentos que se desenrolam no Rio Grande do Sul têm despertado fortemente a atenção Constatava "luta pública". que se vai prolongando, com demasiadamente prejuízo para os interesses econômicos da operosa terra gaúcha". Demarcava ainda o desejo unânime pela pacificação no sul, evitando ainda "mais derramamento de sangue", sendo "esse o maior anseio de todos os brasileiros patriotas". Ainda considerava que as "lutas a ferro e fogo entre irmãos" de nada adiantavam, servindo apenas "para cavar ódios e sugerir represálias absolutamente incompatíveis com a harmonia que deve reinar" no país. Anunciando a fotorreportagem, a publicação dizia colocar em suas páginas "fotografias relativas às forças do governo do Estado e às da oposição, remetidas da importante cidade de Bagé"74.

_

⁷⁴ O MALHO. Rio de Janeiro, 26 maio 1923.





Mais uma vez nas "Notas da semana", o periódico realizava uma apreciação sobre os acontecimentos no Estado sulino, referindo-se mais uma vez à necessidade de um incremento nas providências em prol da paz⁷⁵:

Faz-se cada vez mais necessário e mais instante pôr-se um paradeiro à situação que o Rio Grande do Sul atravessa; nem sabemos de outro assunto que possa empolgar mais as cogitações do governo federal, sabido como é que o cipoal financeiro já entrou em franco desbravamento.

O que se passa naquela grande e operosa unidade do extremo-sul é o que há de mais antagônico às necessidades morais e materiais do Brasil que, digam o que disserem, precisa ser cada vez mais uma nação pacífica e de trabalho intenso, para enfrentar a crise mundial e vencê-la.

Amiúdam-se as notícias de lutas travadas entre as duas forças combatentes. É cada vez maior o derramamento de sangue, o luto e, por consequência, o ódio. Não há outro resultado positivo além da certeza que se tem de que todo esse ódio clamará por vingança, de parte a parte, E quem conhece o espírito combativo daquele povo da "campanha" e os recursos estratégicos inesgotáveis que pode ter uma guerrilha, calcula perfeitamente o que de tempo, de esforço e de dinheiro será preciso para se jugular inteiramente um movimento da ordem daquele que se está desenvolvendo nos pampas.

_

⁷⁵ O MALHO. Rio de Janeiro, 26 maio 1923.

Daí, naturalmente, a crescente ansiedade por uma solução qualquer fora dessa previsão e que tenha por base a cessação imediata da luta.

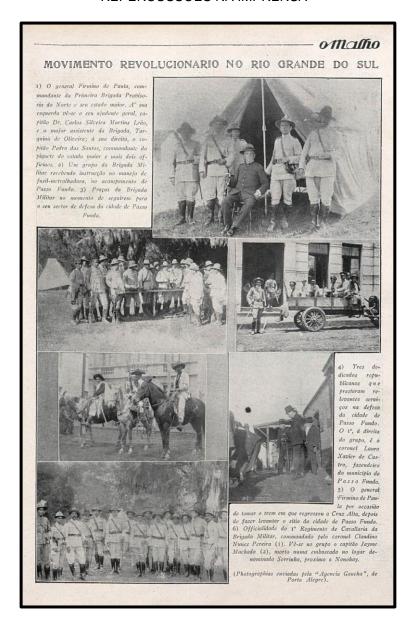
A classe comercial do grande Estado, por seus órgãos oficiais, acaba de pedir a intervenção da Associação Comercial do Rio de Janeiro junto aos poderes constituídos, a fim de ser obtida tal solução; e uma grande comissão da colônia gaúcha aqui residente já se dirigiu para Porto Alegre com o propósito decidido e patriótico de promover e encaminhar quaisquer negociações que cheguem ao mesmo fim pelo caminho mais curto.

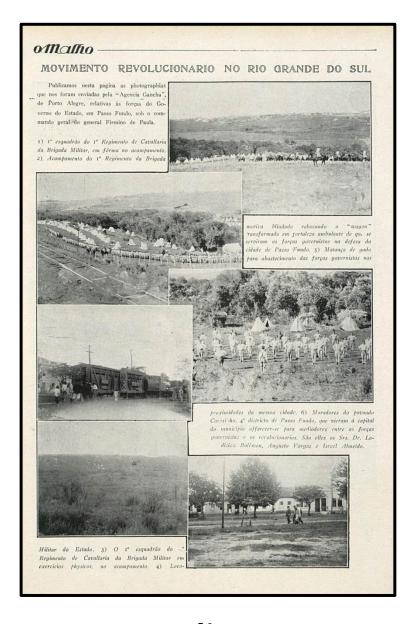
Tudo faz esperar que dessa união de esforços, secundantes da ação do Sr. Presidente da República, resulte o que todos desejam – a terminação imediata da luta sangrenta no Rio Grande do Sul e o estabelecimento de uma paz honrosa entre os partidos beligerantes, que lhes permita outra ordem de esforços para a vitória de seus princípios e de suas ideias.

As forças governistas foram as enfocadas em mais uma fotorreportagem publicada no início de junho, a qual trazia registros de tropas da Brigada Provisória, da Brigada Militar e de "dedicados republicanos, com "fotografias enviadas pela 'Agência Gaúcha", de Porto Alegre"⁷⁶. Com base na mesma fonte, na semana seguinte, o periódico publicava "as fotografias relativas às forças do governo do Estado, em Passo Fundo, sob o comando geral do general Firmino de Paula"⁷⁷.

⁷⁶ O MALHO. Rio de Janeiro, 2 jun. 1923.

⁷⁷ O MALHO. Rio de Janeiro, 9 jun. 1923.





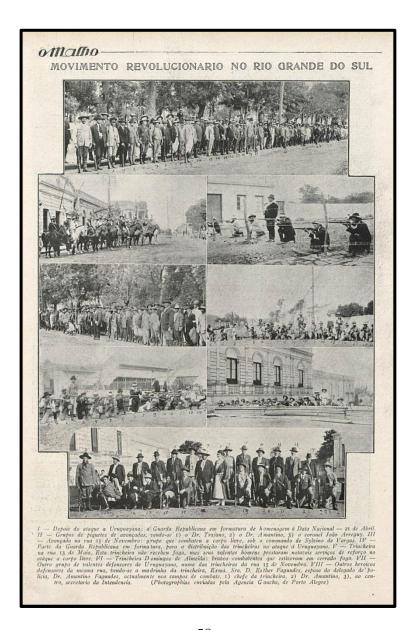
Pouco depois, já na seção "Politic'ações", a revista constatava que "ferve a política nacional", referindo-se a agitações no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Sul e no Ceará. Quanto ao Estado do extremo-sul dizia que, "apesar de estar pior que a do câmbio, a cotação" de "Borges de Medeiros, torvelinho dos boatos, tudo indica que o governo federal prestigiará as autoridades constituídas do Estado". Referia ainda que "a ideia de um acordo gaúcho marcha desembaraçadamente, a despeito das notícias em contrário"78. Um novo conjunto de nove fotografias ilustrou o periódico, mostrando mais uma vez o "Movimento revolucionário no Rio Grande do Sul", com destaque para a Guarda Republicana, grupos de piquetes avançados, trincheiras, nas quais combateram "valentes homens" que "prestaram notáveis serviços", "valentes" e "heroicos defensores", com material novamente enviado pela Agência Gaúcha⁷⁹. Em outra edição, ao longo de duas páginas, em um total de dezesseis fotos também originadas da porto-alegrense Agência Gaúcha, a ênfase era para o movimento de tropas e da apresentação de lideranças das forças rebeldes, com destaque para o general Honório Lemes e membros do "Exército Libertador"80.

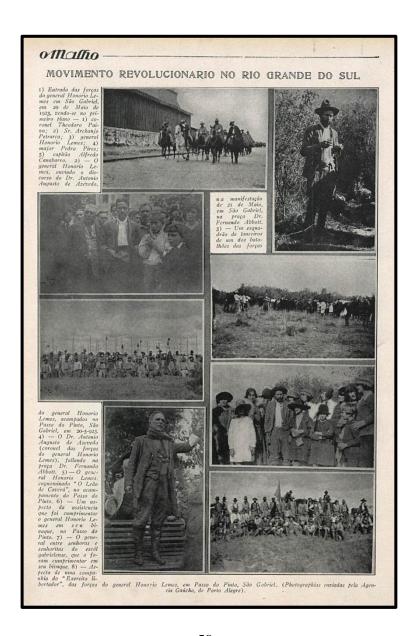
-

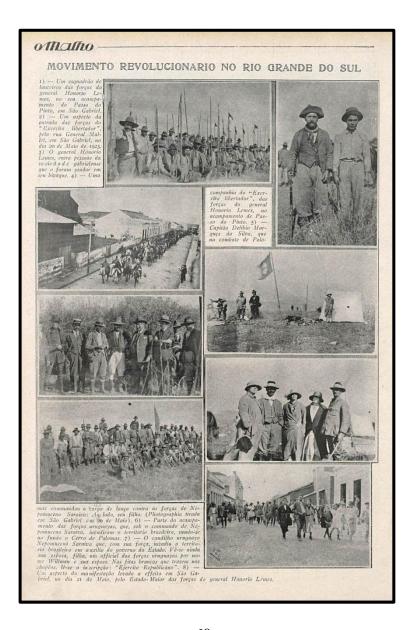
⁷⁸ O MALHO. Rio de Janeiro, 16 jun. 1923.

⁷⁹ O MALHO. Rio de Janeiro, 23 jun. 1923.

⁸⁰ O MALHO. Rio de Janeiro, 30 jun. 1923.





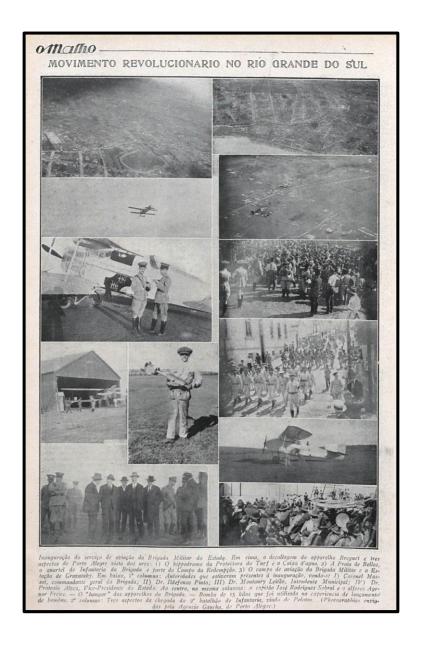


A prática do fotojornalismo voltou a ser realizada com a apresentação de doze fotos trazendo as forças governistas e a utilização de aeronaves no teatro de guerra, com a "inauguração do serviço de aviação da Brigada Militar"81. Por outro lado, outras sete fotografias destacavam as forcas rebeldes com vários de seus líderes, em diferentes localidades sul-rio-grandenses. Ao longo dessas diferentes edições, as fotos foram igualmente remetidas pela Agência Gaúcha. Em nova edição das "Politic'ações", a revista se referia à "ansiada paz nos pampas do sul", destacando que obtivera "informações fidedignas" de "que o acordo na terra de Júlio de Castilhos vai ser firmado em breve", com "bases preliminares" que previam o compromisso de Borges de Medeiros em "promover imediatamente uma reforma na Constituição do Rio Grande do Sul", eliminando os dispositivos que permitiam a reeleição do Presidente do Estado e a nomeação de seu Vice e equiparando a lei eleitoral estadual à federal. Ainda segundo os informes recebidos, o líder rebelde Assis Brasil, "tendo ciência dessas bases, pedira prazo para ouvir seus amigos, chefes do movimento revolucionário". Explicitava também que, "na opinião do nosso informante, ambas as partes em luta acabarão fazendo a vontade" do Presidente da República, "que deseja um acordo honroso para ambas"82.

_

⁸¹ O MALHO. Rio de Janeiro, 2 jul. 1923.

⁸² O MALHO. Rio de Janeiro, 21 jul. 1923.





Além de registros referentes a tropas rebeldes e governistas, uma nova fotorreportagem apresentava "um documento interessantíssimo", obtido a partir do jornal O Rebate, de Uruguaiana, o qual estaria a demonstrar "bem como vai 'aquilo' lá pela terra gaúcha", tratando-se da "cópia fotográfica de um recibo" emitido como "'contribuição de guerra' imposta a uma importante firma de Quaraí, por um dos chefes do movimento revolucionário, em nome do 'Governo Provisório'"83. No início de agosto, outras três fotografias apresentavam mais uma vez forças revolucionárias e situacionistas84. Ainda no mesmo mês, sem chegar a ocupar uma página inteira, como nas duas edições anteriores, mais três fotografias colocavam em destaque comandantes das tropas legalistas⁸⁵. Os enfermos de guerra foram os protagonistas da meia página sobre o movimento revolucionário, que apresentava "revolucionários feridos", sob os cuidados de médicos e enfermeiras da Cruz Vermelha e também outros "feridos levemente", pertencentes à governista Brigada Militar, por ocasião do embarque dos mesmos⁸⁶. Mais uma vez redação de O Malho informava que tais registros fotográficos nesses vários números foram realizados a partir de originais da Agência Gaúcha

⁸³ O MALHO. Rio de Janeiro, 28 jul. 1923.

⁸⁴ O MALHO. Rio de Janeiro, 4 ago. 1923.

⁸⁵ O MALHO. Rio de Janeiro, 11 ago. 1923.

⁸⁶ O MALHO. Rio de Janeiro, 25 ago. 1923.









Uma outra inserção da coluna "Politic'ações" declarava que "continua a mesma a situação no Rio Grande", pois, "na grande luta fratricida tombam mortos, de lado a lado, todos os dias, dezenas de brasileiros". Com um olhar crítico, a revista ilustrada constatava que, "enquanto isso, os políticos de ambos os partidos gaúchos em armas, discutem na capital, tranquilamente, gozando as delícias da civilização", além de "pequeninos nadas, caprichos e tolices que cada qual nutre com maior intensidade", tudo "em nome de princípios e doutrinas que não valem o nobre sangue derramado nos pampas", já que "não representam senão

os interesses pessoais de cada qual dos insufladores do lamentável movimento belicoso". Diante disso, questionava o motivo de não darem "os Srs. Borges de Medeiros e Assis Brasil ao país uma prova de desambição, acordando na escolha de um nome que vá pacificar o seu glorioso Estado". Em referência ao enviado do governo federal ao sul, a publicação exclamava que "bons ventos levem para aquelas bandas o general Setembrino de Carvalho", desejando-lhe "boa viagem, excelência"87.

Em mais duas fotografias eram mostrados um comandante e seus oficiais pertencentes à Brigada Revolucionária e uma das salas dos enfermos da Cruz Vermelha Libertadora⁸⁸. Já em um conjunto fotográfico composto de cinco registros apareciam militares dos dois lados em combate no Rio Grande do Sul⁸⁹. O mesmo ocorreu em meados de setembro, com três fotos que ocupavam pouco mais de meia página⁹⁰. Nestas duas últimas edições as fotografias foram enviadas direto de Porto Alegre, com originais fornecidos pela Agência Gaúcha.

_

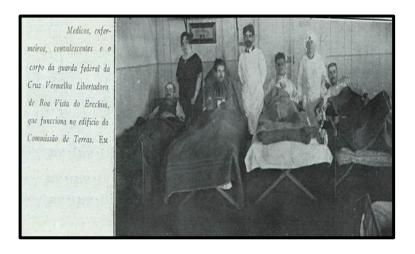
⁸⁷ O MALHO. Rio de Janeiro, 25 ago. 1923.

⁸⁸ O MALHO. Rio de Janeiro, 1º set. 1923.

⁸⁹ O MALHO. Rio de Janeiro, 8 set. 1923.

⁹⁰ O MALHO. Rio de Janeiro, 15 set. 1923.







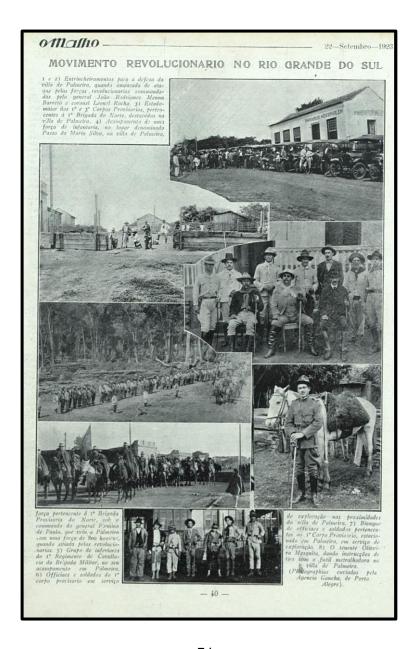


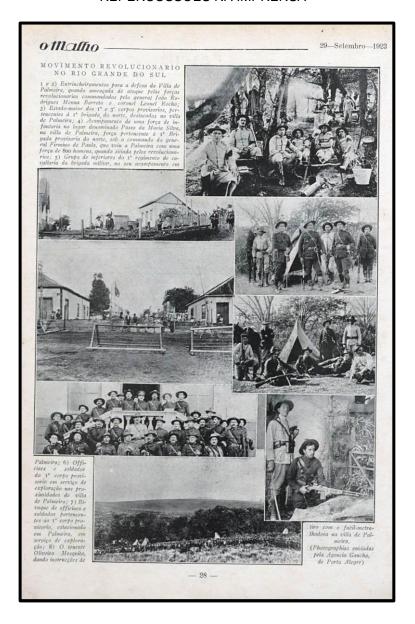
O Rio Grande do Sul retornava ao debate da seção "Politic'ações", com a informação de que "os situacionistas gaúchos resolveram reunir um congresso partidário em Porto Alegre", de modo que, "para assistilo, seguiram desta capital diversos representantes federais rio-grandenses". Segundo a revista, não seriam "conhecidos ainda os intuitos do referido conclave político, mas corre a versão de que ele se destinava a fortalecer o prestígio" de Borges de Medeiros, "desejoso

de verificar se todo o partido está firme a seu lado, após os seis meses de luta sangrenta que infelicita a terra de Júlio de Castilhos". O periódico lançava um olhar bastante negativo sobre tal ação, vindo a questionar "como é que ainda se pensa em partidarismo, num momento em que o Rio Grande precisa, sobretudo, de tréguas, de pacificação, de tranquilidade?". Frente a tal dúvida. deixava no ar ainda outra interrogando "quando terá paradeiro aquela horrenda campanha fratricida que tanto está prejudicando o próspero Estado sulino?"91. Nas duas últimas edições de setembro. as fotorreportagens destinaram-se apresentar a arregimentação das forças governistas para promoverem a defesa da Vila de Palmeira⁹².

⁹¹ O MALHO. Rio de Janeiro, 15 set. 1923.

⁹² O MALHO. Rio de Janeiro, 22 set. 1923 e 29 set. 1923.





A apresentação no parlamento de um projeto intervencionista no sul foi aplaudida por O Malho que, em "Politic'ações", destacou que, "após nove longos meses de luta sanguinária, surgiu no Senado uma voz pleiteando a intervenção federal para o Rio Grande do Sul". Informava que "o Sr. Soares dos Santos, velho correligionário e amigo do Dr. Borges de Medeiros", apresentara "um bem fundamentado projeto de lei, prescrevendo a salvadora providência constitucional para a nobre e heroica terra gaúcha", na qual "milhares de brasileiros, por política, se atiram uns contra os outros, ceifando vidas, espalhando a miséria entravando o progresso do florescente Estado". O periódico esclarecia que nada tinha "contra a situação dominante no Rio Grande", e nem contra a figura de Borges de Medeiros, revelando até ter "vivas simpatias" por ele, mas que o mesmo não poderia "disfarçar o rude golpe que para o seu prestígio representa o grito do Sr. Santos, republicano dos respeitabilíssimo" e "íntegro, que fez o seu nome no país, como um dos próceres mais eminentes do borgismo". Diante da proposta do senador, de acordo com a revista, só restaria ao governante gaúcho aceitar "o repto que lhe foi dirigido pelo seu ex-correligionário", pois, ao contrário, precisaria "se confessar impotente para normalizar a ordem no Estado sob seu governo", abrindo ele mesmo o caminho para a intervenção. Para a publicação, "esta seria a melhor solução para o complicado e odiento caso, pois o Rio Grande está visivelmente exausto", em um quadro pelo qual "as vidas preciosas que a terrível guerra fratricida vai sacrificando positivamente deveriam aproveitadas de um e de outro lado". Afirmava ainda

que Borges de Medeiros "tem resistido a todas as propostas de pacificação do seu Estado, por meio de acordo", observando o magazine que tal governante deveria ter "verificado que o governo da União lhe é francamente favorável, e até hoje não deu passo algum em desabono da sua autoridade", em todas as tratativas guerra civil. Ao final. da lancava questionamento ao governador rio-grandense, perguntando "por que repudiar a intervenção oficiosa do Presidente da República", pois, "se amanhã ela tiver de ser decretada, não será muito pior?..."93.

No início de outubro, uma nova fotorreportagem "Estado-maior do caudilho uruguaio trazia Nepomuceno Saraiva, que invadiu o território brasileiro com uma forte coluna em auxílio do governo do Estado", sem deixar de lado o registro de prisioneiro das comandante e de um revolucionárias, com fotos mais uma vez cedidas pela Agência Gaúcha. Ainda neste número, a coluna "Politic'ações" informava que "a mocidade de Porto Alegre telegrafou ao Sr. Irineu Machado, pedindo" que o mesmo "ajude no Senado, como melhor possa, a passagem do projeto de intervenção no Rio Grande do Sul", destacando também que tal correspondência já começara a despertar apoios na casa parlamentar⁹⁴.

⁹³ O MALHO. Rio de Janeiro, 29 set. 1923.

⁹⁴ O MALHO. Rio de Janeiro, 6 out. 1923.



Uma nova coletânea de fotos trazia mais uma vez protagonistas dos dois lados em contenda, inclusive com a peculiaridade de um cotidiano da vida em meio à guerra, com o registro da cozinha de um regimento. O Ministro da Guerra em missão era o tema de "Politic'ações", narrando a revista que "lá vai o Sr. Setembrino de Carvalho, em... inspeção às guarnições militares do Paraná, de Santa Catarina e do... Rio Grande do Sul...". Perante o informe, o periódico apresentava a

previsão de que "o bravo general brasileiro, gaúcho legítimo, ficará muito penalizado com a prolongada vigilância a que estão obrigados diversos batalhões federais", que se encontravam "aquartelados nos pampas do Sul, mercê da luta fratricida entre os correligionários dos Srs. Borges de Medeiros e Assis Brasil". A revista julgava que o Ministro consideraria que "aqueles batalhões precisam de descanso e, assim sendo, terão de ser substituídos por outros, que irão desta capital e de outros Estados", dependendo ainda tal encaminhamento da posição do governante gaúcho95. Em mais um registro imagético da revolta sulina, foi publicada apenas uma fotografia, com a presença do "general Honório de Lemos, chefe revolucionário", à saída da missa, com "a flor da sociedade de Dom Pedrito". Complementando a informação anterior sobre o descolamento do Ministro da Guerra, uma nova "Politic'ações" cogitava que uma das funções de Setembrino de Carvalho no Rio Grande do Sul era a de oferecer um nome conciliador que constituísse consenso entre as partes beligerantes%.

⁹⁵ O MALHO. Rio de Janeiro, 13 out. 1923.

⁹⁶ O MALHO. Rio de Janeiro, 20 out. 1923.

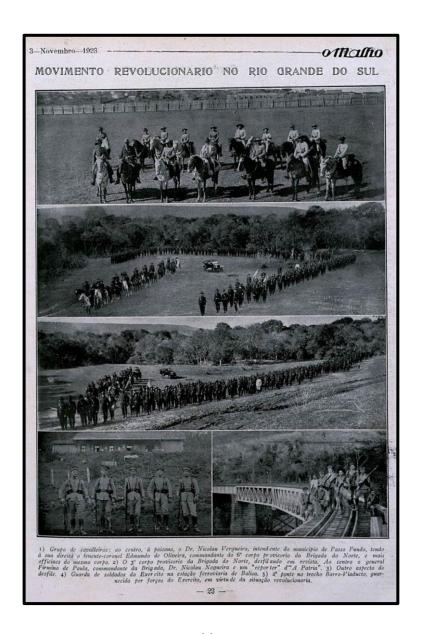




Soldados legalistas a cavalo, a pé, perfilados e em marcha compuseram um outro conjunto de cinco fotografias. Quanto ao Rio Grande do Sul, a coluna "Politic'ações" informava que "os republicanos riograndenses, que obedecem à orientação do Sr. Borges de Medeiros, acabam de publicar um manifesto à nação", no qual expunham "a atitude que traçaram desde que irrompeu no sul a luta fratricida de que é cabeça, do outro lado, o preclaro Dr. Assis Brasil". Destacava que, "por esse importante documento verifica-se que os borgistas já cederam largamente em suas intransigências doutrinárias", ao atender "a apelos do Presidente da República em favor da pacificação do Estado". A partir de tal constatação, indicava que "seria de prever,

portanto, em face de semelhantes declarações, que, se a missão Setembrino de Carvalho não fosse bem sucedida", caberia "aos revolucionários gaúchos o seu insucesso". Considerava que, nesse quadro, "estaria em cheque o prestígio de Artur Bernardes, cujos amigos no Rio Grande do Sul são precisamente os adversários de Borges de Medeiros". Ao concluir, a revista demonstrava uma visão positiva quanto ao final da guerra civil, opinando que era "quase certo que o acordo no grande Estado sulino dentro de um mês estará firmado, com honra para ambas as partes contendoras"97.

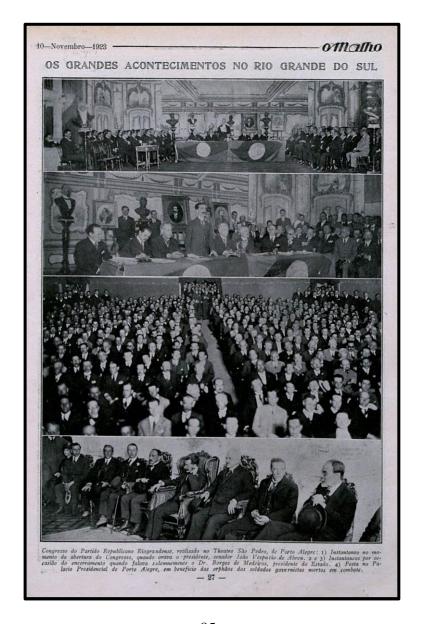
⁹⁷ O MALHO. Rio de Janeiro, 3 nov. 1923.

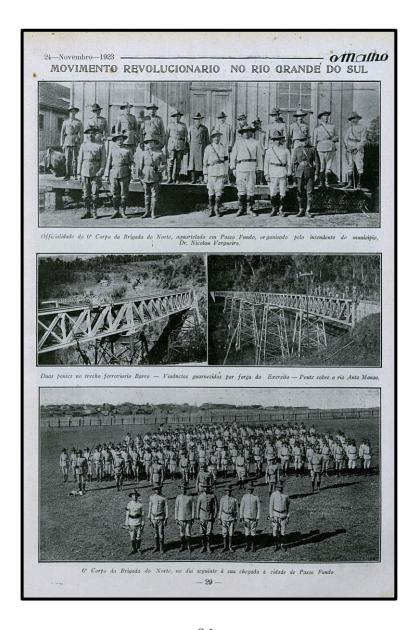


A tentativa do grupo governista de demonstrar poder e harmonia em meio a suas fileiras foi o tema de quatro fotografias publicadas sob o título "Os grandes acontecimentos no Rio Grande do Sul", trazendo detalhes do Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense e festejos no palácio presidencial em Porto Alegre. Em "Politic'ações", com os encaminhamentos em direção à paz, a revista registrava, "com a maior alegria, a confirmação dos informes sobre a pacificação do Rio Grande do Sul", vindo a constatar que "Setembrino de Carvalho também chegou, viu e venceu"98. A borgista Brigada do Norte, em Passo Fundo, e duas pontes guarnecidas pelo Exército eram os temas de mais quatro fotografias estampadas pelo periódico99.

⁹⁸ O MALHO. Rio de Janeiro, 10 nov. 1923.

⁹⁹ O MALHO. Rio de Janeiro, 24 nov. 1923.





A seção "Politic'ações" serviu para que *O Malho* noticiasse a paz no Rio Grande do Sul, ainda na primeira edição de dezembro, mesmo antes de o acordo ter sido assinado. Nesse sentido, a publicação aplaudiu o encaminhamento e as concessões que teriam sido feitas de parte a parte¹⁰⁰:

Está feita a pacificação no Rio Grande. Custou, mas chegou, afinal, a hora de o Sr. Presidente da República fazer valer o seu prestígio, não tolerando por mais tempo aquela horrenda e cruenta carnificina entre brasileiros.

Graças, pois, sejam rendidas aos deuses e aplausos não se poupem ao preclaro Dr. Artur Bernardes!

O país já estava irritado com o derramamento de sangue nas coxilhas gaúchas e com o desperdício da bravura de seus heroicos filhos empenhados na fratricida luta. Era tempo de se por termo à sanguinolenta campanha de qualquer modo, custasse o que custasse, até porque as bases em que foi feita a paz indicam, eloquentemente, que nem o Sr. Borges de Medeiros era intransigente, como se assoalhava e garantia, em manter intangível a Constituição de seu Estado, nem os revolucionários parece que pretendiam mais que a queda pessoal do velho e verde donatário dos pampas do sul...

É isso, pelo menos, o que se depreende do açodamento com que o Partido Republicano Rio-Grandense, por seus chefes, abriu mão e abandonou os princípios que desde 93 defendia com intolerância e orgulho, e da insatisfação, do

¹⁰⁰ O MALHO. Rio de Janeiro, 1º dez. 1923.

descontentamento evidente em que ficaram os amigos do Sr. Assis Brasil por não haverem apeado do poder, logo de uma vez, o quase legendário e quase infalível *doutor* Borges!

Palavra de honra que se não fosse o amor que temos à vida, pediríamos a Deus que nos matasse, e ao diabo que nos conduzisse ao inferno para entrevistar e ver as caras com que lá devem estar os bravos rio-grandenses que pelejaram e morreram, de uma e outra banda, nas apaziguadas lutas do sul, depois da pacificação negociada pelo general Setembrino...

Em meados de dezembro, O Malho apresentava seu derradeiro registro sobre o movimento gaúcho, trazendo aquilo que denominou de "Instantâneos da última comunhão geral no Rio Grande do Sul", contendo um grupo de oficiais da coluna comandada pelo general revolucionário Honório Lemos¹⁰¹. Após a ratificação do de paz sulino, utilizando-se acordo da "Politic'ações", a revista expunha que "alguns leitores assíduos estranharam que tivéssemos dado como assinada a paz muitos dias antes do ato solene da referida assinatura, efetuada a 14 do corrente". Diante disso, a publicação declarava ser muito grata "a semelhante estranheza, reveladora da confiança que já merecem nossos informes". Justificava que não havia se enganado e sim "os negociadores da paz gaúcha é que não quiseram dar o braço a torcer justo na data em que a ordem da torcida partiu daqui". Em conclusão, argumentava que, "desde aquele dia, nós que tivemos ciência de certas instruções enviadas ao general

¹⁰¹ O MALHO. Rio de Janeiro, 15 dez. 1923.

Setembrino, ficamos logo convictos de que a paz seria feita". Ainda na mesma coluna, a magazine ilustrada comemorava definitivamente a pacificação sulina, com homenagens especiais ao Ministro da Guerra e mediador e ao Presidente da República, pelo papel que teriam desempenhado na trajetória em direção à extinção da guerra civil, além de buscar demarcar que do enfrentamento não teriam resultados nem vencidos nem vencedores¹⁰²:

Despertou intento jubilo no Brasil inteiro a notícia oficial da paz na terra gaúcha.

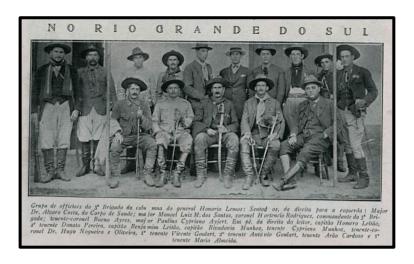
Não foi uma campanha fácil a consecução de um acordo honroso entre as partes beligerantes; e as várias tentativas fracassadas puseram em maior evidência a paciente habilidade do general Setembrino de Carvalho, que soube agir em tão difícil emergência como representante fiel do pensamento do Sr. Presidente da República, como Ministro da Guerra e como filho extremoso da terra convulsionada por uma luta de oito meses.

A solução de Pedras Altas foi a mais honrosa possível para ambos os lados. Basta dizer que ninguém saiu vencido e muito menos humilhado. Tudo se resolveu no terreno do desprendimento pessoal, ressalvados os princípios cardeais que haviam alimentado a pugna.

Poderá haver quem discorde: os impulsivos, os demolidores inveterados ou os ingênuos que ainda pensam em soluções radicais nesta época de transações civilizadoras. Mas esses só merecem um sorriso de... compaixão.

¹⁰² O MALHO. Rio de Janeiro, 22 dez. 1923.

O Malho felicita vivamente todos os protagonistas da paz no Rio Grande do Sul, representados na imparcialidade, no critério e na tenacidade patriótica do general Setembrino de Carvalho.



Assim *O Malho* retratou a Revolução Sul-Rio-Grandense de 1923 por meio de fotorreportagens e textos inseridos nas seções "Notas da semana" e "Politic'ações". Tendo em vista a conjuntura nacional marcada por uma ação restritiva quanto à liberdade de expressão, a exemplo da imprensa como um todo, a revista ilustrada carioca teve de amenizar sua proposta essencialmente crítica, ainda mais ao tratar de uma guerra civil que convulsionava o sul do país. Mais comedido, o periódico lançou pouquíssimas caricaturas quanto ao tema, o que não era nada comum para o seu padrão editorial e mesmo nas apreciações das seções

específicas foi razoavelmente moderado, mantendo um discurso voltado à necessidade de uma instauração da paz o mais breve possível, a um apoio às providências do governo federal e à denúncia de interesses políticos prejudicando progresso estarem nacional. O fotojornalismo, prática comum da publicação, serviu como um caminho alternativo no intento de demonstrar certa isenção perante as partes beligerantes, partindo do princípio de que a fotografia seria por si só uma expressão da verdade, de maneira que ao expô-las, o magazine estaria adotando uma postura neutra. Ainda assim, nos registros fotográficos houve uma certa superioridade numérica de inserções relacionadas às governistas, comparação forcas em revolucionárias. Desse modo, de acordo circunstâncias que cercavam o meio jornalístico de então, O Malho levou ao público leitor do Rio de Janeiro e mesmo de várias partes do Brasil, tendo em vista o alcance tinha, alguns fragmentos que informativos/opinativos sobre aquilo que acontecia na longínqua e mais meridional unidade administrativa brasileira, conflagrada pelo enfrentamento bélico.

A guerra civil gaúcha de 1923: breves incursões caricaturais da revista *D. Quixote*

A repressão praticada por parte das forças governistas na década de 1920, tendo em vista a de processo revolucionário deflagração um desencadeado a partir de 1922, atingiu com força o jornalismo, o qual se viu, em grande parte, tolhido de sua mais fundamental liberdade, a de expressão. No caso das publicações satírico-humorísticas, que tinham na crítica o seu fio condutor editorial, os prejuízos foram ainda mais sérios. Nesse sentido, os periódicos que publicavam caricaturas e que tinham na jocosidade, na ironia e na crítica seus fundamentos, o cerceamento trouxe efeitos ainda mais sérios. Algumas das revistas ilustradas que além caricatura, traziam também ilustrações em geral e fotografias, puderam lançar mão da prática da fotorreportagem. Entretanto, as folhas dedicadas exclusivamente à arte caricatural, que faziam significativo sucesso nas décadas iniciais do século XX103,

¹⁰³ A respeito do periodismo voltado à arte caricatural nesta época, ver: LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. v. 1, p. 28.; LUSTOSA, Isabel. Humor e política na Primeira República. In: *Revista USP*, set., out. e nov. 1989.; e SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (org.).

praticamente perderam a sua seiva editorial. Ainda assim, estas tentaram seguir em frente, esperando brechas do aparelho censório-repressor governamental para puderem expressar seu espírito crítico.

Nesse quadro, a abordagem da Revolução de 1923 pelas publicações destinadas à difusão caricatural, acabou por ficar bastante menoscabada tanto em termos numéricos, quanto ao alcance crítico. Esse foi o caso da revista D. Quixote, que, de natureza satírico-humorística, constituiu uma revista ilustrada editada no Rio de Janeiro de 1917 a 1926. O fulcro editorial do periódico era a apresentação de textos e a arte caricatural, com a predominância de um estilo crítico-opinativo. Definia-se como um "jornal humorístico" e "moderníssimo", editado em "eras tristes e ameaçadoras", apresentando um "feitio moral, intelectual, político, literário", bem como "eclético", pois teria "um pouco de tudo, como uma feijoada bem completa". Tinha uma proposta jocoséria, garantindo que, "a brincar, tratará muito a sério os assuntos solenes", sendo "toda a verdade dita a sorrir a divisa que adota". Garantia que, "em política, literatura, teatro, em todos os fatos da vida social, em suma", teria "uma opinião clara, franca, impassível, insuspeita e impeitável". Igualmente no que tange à seriedade, enfatizava que viria a ser "o mais sério do mundo, com a diferença que dirá sorrindo o que os colegas dizem dando socos na mesa", os quais "não conseguem esborrachar a cabeça à maldade e à cretinice humana"104.

História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 289-365.

¹⁰⁴ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 16 maio 1917.

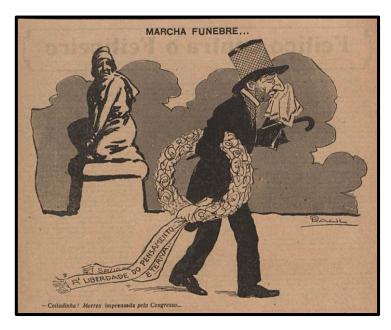
A censura e a coerção sobre as práticas jornalísticas, que inclusive prejudicaram a cobertura da Revolução de 1923, não deixaram de ser apontadas pelo D. Quixote. Foi o caso da caricatura intitulada "Marcha fúnebre", na qual um indivíduo de luto pranteava a morte da liberdade de pensamento, sendo acompanhado no choro pela representação feminina da imprensa, ajoelhada sobre um túmulo, enquanto ele lamentava que a "coitadinha" morrera "imprensada pelo Congresso". Ainda sobre "A lei de imprensa", a folha humorística a representava por duas alegorias femininas, uma expressando a forma pela qual era vista por um jornalista, como uma mulher imensa, feia e com um porrete não mão; e a outra, como era observada por um político, ou seja, como se fosse uma santa¹⁰⁵. A imprensa chegava a ser apresentada como uma mulher condenada à fogueira, cujo carrasco era o Senado, que dizia não saber o que estava fazendo¹⁰⁶. A mulher-imprensa veio até mesmo a procurar um ancião, que representava o tempo, para pedir-lhe providências quanto aos atos repressivos que lhe eram impostos, ao que interlocutor se mostrava incapaz de ajudá-la¹⁰⁷.

-

¹⁰⁵ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 10 out. 1923.

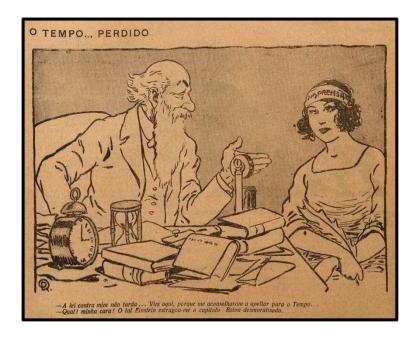
¹⁰⁶ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 17 out. 1923.

¹⁰⁷ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 12 dez. 1923.









A primeira presença caricatural da Revolução de 1923 nas páginas do *D. Quixote* não mostrava sequer o Rio Grande do Sul. Sob o título "A revolta no sul", a revista mostrava dois indivíduos que conversavam em um banco de praça a respeito da perda de vidas humanas no Estado sulino. Enquanto um deles comentava que "a mortandade no Rio Grande tem sido enorme", o outro respondia que ainda haveria algo "pior", ou seja, que "a autoridade do Borges vai sendo reduzida", pois, "todos quantos morrem por lá passam a governar os vivos". O periódico tratava de Borges de Medeiros, herdeiro político de Júlio de Castilhos, que estabelecera o modelo autoritário que dominou a vida política rio-grandense por décadas, embasado no ideário comtiano, com a adaptação dos princípios positivistas ao

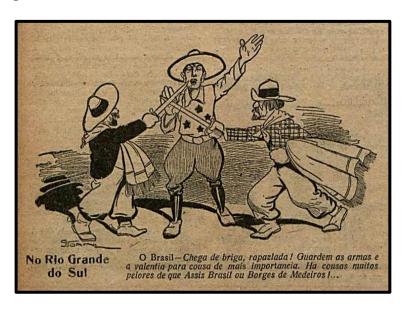
contexto gaúcho, para garantir a perpetuação no poder. A referência era a um dos pressupostos de tal doutrina, segundo o qual os vivos seriam cada vez mais governados pelos mortos¹⁰⁸.



A revista ilustrada carioca também optou por um enfoque voltado à pacificação, ao mostrar dois gaúchos em armas, digladiando-se com espadas, havendo a intervenção de personagem com o Cruzeiro do Sul ao peito, que simbolizava o Brasil, e erguia as mãos no

¹⁰⁸ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 11 abr. 1923.

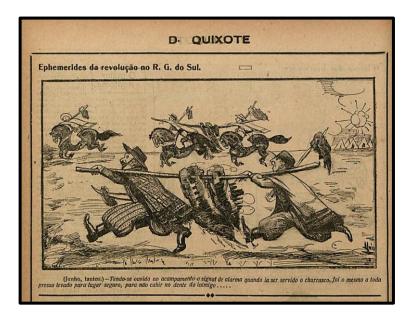
sentido de aplacar o enfrentamento. Tal indivíduo simbólico exclamava que "chega de briga", devendo ser guardadas "as armas e a valentia", que deveriam ser voltadas "para coisas de mais importância", uma vez que haveria "coisas muito piores do que Assis Brasil ou Borges de Medeiros". Na concepção da revista, os custos da guerra civil seriam muito altos, ainda mais por vincularem-se a interesses de natureza político-partidária¹⁰⁹.



Reforçando a abordagem humorística, o *D. Quixote* trazia uma jocosa cobertura das "efemérides da Revolução no Rio Grande do Sul", na qual vários indivíduos vestidos à gaúcha, a pé e a cavalo, carregavam apressadamente a carne que estava sendo

¹⁰⁹ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 2 maio 1923.

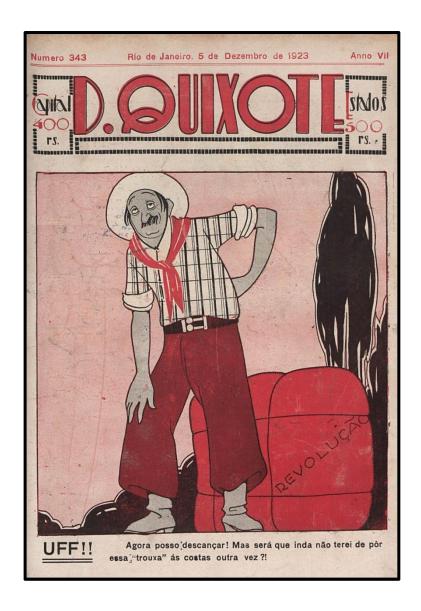
assada. A cena era descrita como "tendo-se ouvido no acampamento o sinal de alarma quando ia ser servido o churrasco, foi o mesmo a toda pressa levado para o lugar seguro", para que não viesse a "cair no dente do inimigo". Além de referir-se a um dos tópicos fundamentais da alimentação sul-rio-grandense, o qual não poderia ser desperdiçado, a revista fazia troça com uma espécie de política de terra arrasada, pela qual se promove a destruição generalizada para que nada fosse deixado ao adversário. No caso gaúcho, não se poderia destruir o churrasco, de maneira que seria melhor carregá-lo do que deixar para o inimigo¹¹⁰.



¹¹⁰ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 6 jun. 1923.

Já próximo do encerramento do conflito, com as negociações de paz praticamente concluídas, o D. Quixote voltou a tratar da Revolução de 1923. A caricatura estampada na capa da revista trazia um indivíduo vestido à gaúcha, arqueado, com feição cansada e levando à mão esquerda às costas, em sinal de dor e estafa. O título era sugestivo, a onomatopeia "Uff!!", utilizada normalmente para descrever o som produzido ao soltar o ar dos pulmões, em um suspiro, a qual vinha ao encontro da fadiga do personagem, bem como ao alívio pela breve finalização da guerra. Tal ato de aliviar, relacionado com a sensação agradável que se tem quando o que oprime ou molesta cessa de todo ou em grande parte, era complementado pela figura de um enorme volume, identificado com a palavra revolução, que o tal gaúcho conseguira largar ao chão, deixando de carregá-lo. A legenda corroborava com tal sentido e vinha na forma de uma fala do protagonista, que dizia: "Agora posso descansar! Mas será que ainda não terei de por essa 'trouxa' às costas outra vez?!". Segundo o periódico, o fim do enfrentamento serviria como um lenitivo para os padecimentos da população sul-riograndense, seguidamente envolvida em desgastantes conflitos bélicos, embora ainda pairasse certa dúvida se aquele não seria apenas o prenúncio de um próximo embate111.

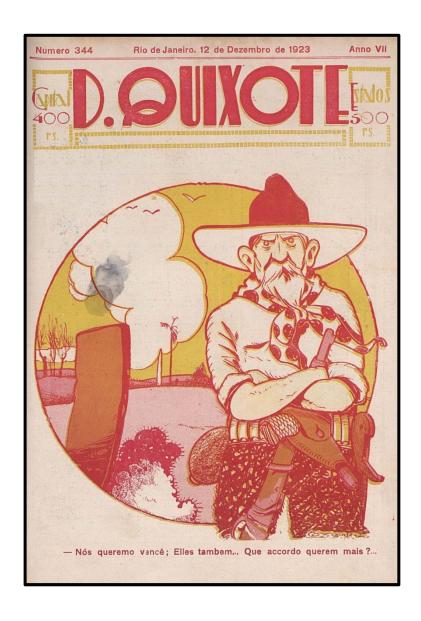
¹¹¹ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 5 dez. 1923.



Ainda poucos dias antes de ser selado o pacto de ilustrada e humorística paz, demonstrava que poderia haver certa resistência ao processo de pacificação no Estado sulino, advindo fundamentalmente da permanência de ódios e paixões partidárias que já duravam por praticamente três décadas e meia. A caricatura apresentava novamente um personagem vestido à gaúcha, bem armado e com cara de poucos amigos. A permanência de uma ferrenha bipolarização política ficava expressa na fala indivíduo, segundo o qual "Nós queremos vencer; Eles também... Que acordo querem mais?...". De acordo com tal concepção, as discordâncias ainda não haviam sido aplacadas totalmente, de modo que um tratado de paz poderia não ser tão efetivo assim se tais questões estruturais não fossem de todo resolvidas¹¹². Finalmente, com a pacificação assinada em termos formais, o periódico não deixou de fazer graça, lançando um olhar hiperbólico sobre a terminação da guerra civil, com um gaúcho de costas, encostado em uma árvore, tendo a espingarda abaixada, travando uma conversa com o Ministro da Guerra, que negociara o término das hostilidades. Enquanto o primeiro perguntava se o general estava satisfeito com o resultado em pauta, o militar parecia exagerar em suas pretensões, julgando que seus atos poderiam colocá-lo à altura de merecer o "Prêmio Nobel da Paz"¹¹³

¹¹² D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 12 dez. 1923.

¹¹³ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 19 dez. 1923.





Nos primeiros anos da década de 1920, as medidas coercitivas recaíram sobre a imprensa como um todo e, como no contexto do jornalismo brasileiro as revistas de humor tiveram grande brilho, destacando-se entre elas O Malho, Careta e D. Quixote¹¹⁴, mantendo o tom crítico como escopo editorial, elas despertaram atenção ainda mais especial por parte da vigilância censória. Dessa maneira, para a publicação cujo título remetia à obra de Cervantes, houve peias na abordagem dos temas voltados ao ambiente convulsivo que acontecia no Brasil como foi a Revolução de 1923. Ainda assim, mesmo que o D. Quixote tivesse de ter deixado de lado o enfoque mais crítico, não abandonou de todo o humor para se referir aos acontecimentos no sul. Nesse quadro a piada voltada ao divertimento foi encarada como uma espécie de violação benigna¹¹⁵, permitindo alguma incursão à guerra civil gaúcha, ainda que de forma menoscabada em termos numéricos. Assim, a Revolução Sul-Rio-Grandense de 1923 foi observada pelo D. Quixote pelo prisma do jocoso, o que por si só já poderia representar uma estratégia de ruptura, ainda

-

¹¹⁴ RUI, Jota. *A alegre história do humor no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1979. p. 173.

¹¹⁵ SALIBA, Elias Thomé. Humor e esfera pública. In: SALIBA, Elias Thomé; VIEIRA, Thais Leão & ALMEIDA, Leandro Antonio (orgs). *Além do riso: reflexões sobre o humor em toda parte*. São Paulo: LiberArs, 2021. p. 29.

que tênue, para com o âmbito repressivo, uma vez que o humor e o riso podem ser muito libertadores¹¹⁶.

-

¹¹⁶ BREMMER Jan & ROODENBURG, Herman. Introdução: humor e História. In: BREMMER Jan & ROODENBURG, Herman (org.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 15.



A Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta e a Biblioteca Rio-Grandense reuniram esforços para editar a Coleção Rio-Grandense. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação prenhe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A Coleção Rio-Grandense tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.







ISBN: 978-65-5306-022-7